

FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO



O DILEMA DO CONSENTIMENTO EM TRÁFICO DE PESSOAS (MULHERES) PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Maria do Carmo Cantarinho

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre
em Criminologia

Orientador:

Doutora Maria João Guia

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar vai o meu agradecimento muito especial para a orientadora da presente dissertação, Doutora Maria João Guia, pelo apoio e acompanhamento durante todo o processo de elaboração da mesma e por ter acreditado no meu trabalho.

Também queria agradecer à minha colega, Sílvia Esteves pela colaboração e aperfeiçoamento da dissertação.

Por último um especial agradecimento aos meus filhos que sempre me apoiarem e me deram força para levar este trabalho até ao fim e ao meu marido que sempre se voluntariou em me ajudar nos trabalhos que eu não podia, para que nada prejudicasse o bom andamento na elaboração da presente dissertação.

Para todos um muito obrigada.

RESUMO

O presente estudo é motivado pelo facto do tráfico de pessoas, (mulheres) para fins de exploração sexual não ser um fenómeno recente nas suas diversas formas. Na realidade pode mesmo afirmar-se que este fenómeno remonta aos tempos dos Descobrimentos, quando se procedia à exportação de pessoas tendo como principal finalidade o fornecimento de mão-de-obra escrava.

A visibilidade do fenómeno do tráfico de pessoas tem contribuído e tem sido reflexo de uma crescente preocupação, por parte das instâncias Internacionais, em criarem um quadro legislativo internacional capaz de diminuir a intensidade do fenómeno, ao mesmo tempo que promover uma maior proteção às vítimas.

Também em relação às instâncias nacionais, este flagelo não passou ao esquecimento, mas sim é alvo de grande preocupação nas agendas políticas, na implementação de várias estratégias, tanto a nível de cooperação internacional como a nível legislativo. Têm sido criados instrumentos tecnológicos por parte dos órgãos de polícia criminais para assim promoverem uma investigação mais eficaz no combate a este crime.

Esta breve referência sobre a temática do consentimento em tráfico de pessoas, designadamente de mulheres para fins de exploração sexual, conduz ao objectivo da minha dissertação. Este subdivide-se em outras abordagens como a proteção e ressocialização das vítimas de tais crimes, com a intervenção de instituições públicas, consultas psicológicas, promoção de emprego, para assim minimizar o trauma a que foram sujeitas.

No entanto, não é tarefa fácil o combate deste fenómeno. Já foram consagrados novos instrumentos jurídicos, a nível internacional, designadamente resoluções, protocolos, convenções, e ao nível nacional, também se registaram sucessivas alterações, quer ao nível dos elementos do tipo legal de crime, do bem jurídico a proteger, quer do sujeito passivo do crime.

ÍNDICE

RESUMO	3
INTRODUÇÃO	6
1. - ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL DO CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS	
1.1- INTRODUÇÃO	11
1.2- COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E POLICIAL	17
1.3- A EVOLUÇÃO DO QUADRO LEGAL PORTUGUÊS	24
1.4- A REFORMA DO CÓDIGO PENAL DE 1995	27
1.5- A IMIGRAÇÃO ILEGAL	31
2. - O TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	
2.1- O TRÁFICO DE PESSOAS	37
2.1.2- O crime organizado	43
2.2- AS PRINCIPAIS RAZÕES DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	
2.2.1- Pobreza, desemprego, aspectos culturais	49
2.3- O PERFIL DA VÍTIMA	52
2.4- DELIMITAÇÃO DO BEM JURÍDICO NO DIREITO PENAL	57
2.5- AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRÁFICO	
2.5.1- Recrutamento	62
2.5.2- O transporte	65
2.5.3- Formas de controlo	67
2.5.4- Finalidade e lucro	69
2.5.5- Rotas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual	70
2.5.6- Casos de tráfico de seres humanos sinalizados em Portugal	71
3. - DISTINÇÃO ENTRE O TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E O AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL	74

4. - EM BUSCA DE REFLEXÕES PARA O TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	80
4.1- O PAPEL DOS GOVERNOS	81
4.2- O DISCURSO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	84
4.2.1- A PREVENÇÃO, PUNIÇÃO E PROTECÇÃO	86
4.2.2- DIREITOS DA UNIÃO EUROPEIA	89
5. - O CONSENTIMENTO NO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	95
5.1- GUIA LEGISLATIVO	99
6. - ANÁLISE DE UM ACORDÃO SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS	
7- CONCLUSÃO	

INTRODUÇÃO

O tema central da minha dissertação, tem o acento tónico no dilema do consentimento no tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, por ser um ato voluntário afirmado pelas vítimas, que involuntariamente as conduz ao tráfico e a serem vítimas de exploração sexual, exploração laboral, tortura, escravidão, traumas psicológico e físico, etc.

A presente dissertação tem a pretensão de produzir conhecimentos acerca dos mecanismos de investigação com o objetivo de reduzir a criminalidade e a violência, em especial quanto ao crime organizado, que integra o tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração sexual.

Segundo Sousa Santos, 2009, o problema do tráfico de seres humanos tem sido na última década, objeto de um reforço legislativo destinado ao seu combate.

O tráfico de pessoas consiste na violação dos direitos humanos, que nas suas diversas formas – exploração sexual, trabalho forçado, remoção de órgãos, entre outros, constitui um enfrentamento da criminalidade organizada transnacional.

É um crime que atinge todos os países do mundo, e deve ser solucionado via de cooperação internacional.

O tráfico de pessoas não é um fenómeno recente, na medida em que na antiguidade já existia. Porém nas últimas décadas, mais propriamente nos anos 80 ganhou amplitude mundial, passando assim a ser um dos temas a ser debatido a nível internacional, devido, por um lado à sua complexidade, e pelo outro, envolver interesses tais como o comércio, a exploração sexual, a transformação de seres humanos, etc.

É um crime transnacional, com um grande impacto económico comparável com o tráfico de armas e de droga, que segundo o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes – UNODC¹, no seu relatório de 2009, referiu que o Tráfico de mulheres é um crime que movimenta anualmente um valor entre 7 a 9 milhões de dólares e atinge cerca de 75.000 mulheres por ano.

Atualmente encontramos a definição de tráfico de seres humanos (pessoas), nos instrumentos legislativos das Nações Unidas, designadamente o “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional, relativa à Prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas em especial de mulheres e crianças, conhecido por Protocolo de Palermo”, no seu artigo 3º.

Segundo o relatório dos Escritórios das Nações Unidas contra Drogas e Crimes – UNODC, refere que o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual foi identificado como a forma mais comum do referido crime em 79%. Mais refere que o tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual é a terceira atividade criminosa mais rentável do mundo.

Este flagelo é um fenómeno complexo, multidimensional relacionado com questões sócio económicas de origem migratória, tendo como essencial objectivo, por parte das vítimas, a busca por melhores condições de vida e a concretização de um trabalho.

O tráfico sexual está longe de ser um problema isolado, conforme afirma Sousa Santos 2009. pág. 71, estando as suas causas relacionadas com questões sociais, económicas, políticas e culturais, e sendo uma situação de tráfico, vários são os direitos violados, bem como os seus responsáveis.

As mulheres vítimas de exploração sexual carregam um forte estigma social, vendo os seus direitos civis e humanos violados (Anderson e Davidson, 2002;40), havendo poucos países onde as mulheres se prostituem, que sejam protegidas por lei.

¹ MC De Souza- Fa7 edu br – o Tráfico Internacional de mulheres para fins de exploração sexual: Prevenção, Assistência, Repressão e Punição, encontrado em https://scholar.google.pt/scholar?cites=6111989842279109782&as_sdt=2005&sciodt=0,5&hl=pt-PT

É neste contexto que a presente dissertação se direciona a qualquer política, no combate ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, contra as diversas formas de opressão, não as submetendo a processos de estigmatização e exclusão social.

Uma ajuda efetiva às mulheres vítimas de tráfico implica um combate aos nossos próprios preconceitos e estereótipos, que as respeitem nos seus direitos humanos em diferentes contextos culturais, pois não se pode recorrer a discursos universais que nos impeçam de perceber as relações políticas sociais e culturais que estão por trás das suas opções do país de origem, (Sousa Santos, 2009;92).

O tráfico de pessoas para fins de exploração sexual está de mãos dadas com o consentimento das vítimas.

Foi no contexto do essencial objetivo que o dilema do consentimento teve o seu principal impacto na facilidade com que as mulheres se voluntariaram a dar o consentimento em busca de uma vida melhor da do seu país de origem.

O dilema do consentimento está ligado a questões estruturais, nomeadamente falta de acesso a educação, oferta de boas condições de trabalho, situações de extrema pobreza situações de vulnerabilidade, famílias numerosas com falta de recursos económicos, entre outros, que encontradas numa situação de desespero e vulnerabilidade, aceitam as promessas dos traficantes que as conduzem a um flagelo que é mesmo um dilema mundial.

O consentimento consiste num ato voluntário, livre e individual de uma pessoa sobre uma determinada promessa.

O caso desta dissertação diz respeito à aceitação de promessas feitas por criminosos de bons empregos e ordenados altos, levando assim as mulheres ao engano, que aceitam as promessas, acabando por serem traficadas e irem trabalhar involuntariamente para a indústria do sexo, com vantagens económicas para aqueles traficantes.

É o combate a este flagelo com a descoberta dos traficantes que a minha dissertação se propõe, para assim acabar com o sofrimento das vítimas e acabar com as vantagens ilícitas que geram muitos milhões de euros anualmente.

De acordo com o Protocolo sobre tráfico de Pessoas o consentimento da vítima de tráfico de pessoas para exploração sexual é irrelevante, quando qualquer um dos meios (engano, rapto, força) é usado.

O tráfico de seres humanos é um tema de sinais de riqueza que não se reporta à atualidade, mas já antes foi comum na Antiguidade e em todo o mundo, mas com a estrutura de escravatura, prática social que conferia direitos de propriedade a um ser humano sobre outro. Com a expansão europeia e a formação do sistema mundo, iniciada nos finais do século XV, com as viagens marítimas de Portugal e Castela, o tráfico de escravos passou a realizar-se através de rotas intercontinentais.

Hoje o tráfico de pessoas mostra-nos que a abolição da escravatura nos diversos países não veio pôr fim ao flagelo do tráfico humano nem qualquer respeito pela autodeterminação dos sujeitos, sendo as práticas de tráfico alojadas nas desigualdades e injustiças na distribuição de riqueza promovidas e fomentadas pelo sistema mundo².

As sociedades capitalistas, a nível global, necessitam de manter o tráfico de pessoas para assim manterem o seu capital.

Com a globalização neoliberal torna ainda mais evidente a manutenção do referido capital, (Sousa Santos, 2009:72), designadamente, a liberalização da troca, com a diluição das fronteiras para a circulação das pessoas, bens e serviços que sirvam a criação do mercado global.

No que diz respeito ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, desenvolve-se globalmente uma indústria do sexo, em que as mulheres são exploradas consecutivamente, facilitando-se assim a circulação entre pessoas de países mais pobres que migram para trabalhar na indústria do sexo, voluntária ou involuntariamente e dos países mais ricos para trabalharem no turismo recreativo e sexual.

Nesta realidade observa-se uma certa realidade que se situa num mundo globalizado da criminalidade que torna os mecanismos da investigação mais difíceis de controlo e identificação dos criminosos.

² Boaventura Sousa Santos, 2007, pág. 12

O tema da dissertação, é abordado a partir do enquadramento legal, que faz parte o 1º capítulo, onde aqui se pretende demonstrar toda a legislação possível, tanto nacional como internacional.

O segundo capítulo diz respeito ao tráfico internacional de pessoas, onde aborda todo o percurso referente às estratégias do tráfico em todo o seu percurso

É também importante destacar a distinção entre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e o auxílio à imigração ilegal, que foi o tema do 3º capítulo, que embora se situem num contexto semelhante, predominam algumas diferenças que ali se relacionaram.

Não deixei de abordar o papel dos Governos no combate ao tráfico, sendo o mais importante na criação de legislação, tendo abordado este tema no capítulo 4º.

O dilema do consentimento, que tem por finalidade compreender o sistema físico, psicológico e social das vítimas, que lhes proporcionou a tomarem a decisão do consentimento sem pensarem antes no dilema que as esperavam, encontra-se relacionado no capítulo 5º.

Para dar um toque de realidade à presente dissertação, abordei e comentei um caso prático, que passou pelas instâncias criminais da Comarca de Lisboa e que aborda um crime relacionado com o tema da presente dissertação, constando este comentário no capítulo 6º.

Termino com a respectiva conclusão, e que consta do capítulo 7º.

A pesquisa que fiz foi na consulta de vários autores, requisitando livros em várias bibliotecas, recorrendo muito à Internet.

1- ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL DO CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS

1.1- INTRODUÇÃO

O mundo em que vivemos está hoje sob a égide de várias violências sociais sendo uma das mais preocupantes o tráfico de pessoas, maioritariamente de mulheres para efeitos de exploração sexual³

O flagelo é tão abrangente e organizado que dificulta a investigação por parte dos órgãos de polícia criminal.

A visibilidade deste fenómeno tem contribuído para uma crescente preocupação a nível das instâncias tanto nacionais como internacionais, em criar um quadro legislativo comum capaz de diminuir e combater a intensidade do fenómeno, ao mesmo tempo promovendo uma maior proteção às vítimas, sobretudo a partir do que é vertido nas Diretivas, 2011/36/UE⁴ e 2012/29/UE⁵.

A Diretiva 2011/36/EU debruça-se sobre a prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, bem como estabelece as regras mínimas relativas à definição das infracções penais e das sanções no domínio do tráfico de seres humanos, procurando-se na uniformização das formas de exploração a implementar em todos os Estados-Membros.

A Diretiva 2012/29/EU estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade, bem como estabelece como objectivo a manutenção de um espaço de liberdade, segurança e justiça, uniforme em termos de apoio às vítimas, tendo como denominador comum o reconhecimento mútuo das decisões judiciais em matéria civil e penal.

Para uma reflexão ancorada sobre este tema, começo por mencionar os instrumentos de carácter geral, nomeadamente a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão⁶ e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos⁷.

³SANTOS, Boaventura Sousa, Conceição Gomes, Madalena Duarte, Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual.

⁴Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011, encontrada em <https://www.google.pt/search?hl=pt->

⁵Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Outubro de 2012, encontrada em <https://www.google.pt/search?hl=pt->

⁶http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/mla_MA_19926.pdf

⁷

<http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi o primeiro documento a reclamar uma igual dignidade para todos os homens, redigida em 26 de Agosto de 1789 por representantes do povo Francês, que reunido em Assembleia Nacional e devido ao esquecimento e ao desprezo pelos direitos do homem, resolveram declarar solenemente os direitos naturais,⁸..

Esta declaração foi institucionalizada com base na liberdade, igualdade e fraternidade, considerada a máxima da Revolução Francesa, que vai ao encontro de todos os direitos individuais inalienáveis do homem, não apenas em França mas em todos os Estados, constituindo-se a partir daqui um novo conceito do Homem e do cidadão com aplicação universal.

Este documento é constituído por um conjunto de 17 artigos, baseando-se em princípios simples e incontestáveis, concorrendo sempre para a conservação da felicidade de todos.

Todos os artigos versam preceitos respeitantes aos direitos humanos, define direitos como a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão, reconhece também a igualdade, especialmente perante a lei e a justiça.

Para além dos instrumentos de carácter geral, a ONU adotou outros instrumentos, designadamente convenções, resoluções, com o objectivo de prevenir e combater o tráfico de pessoas.

O primeiro desses instrumentos foi o Acordo Internacional de 18 de Maio de 1904 para a Supressão do Tráfico de Brancas⁹, que tem como principal objectivo a punição da pessoa que use qualquer meio para a prática da prostituição.

O instrumento mais importante foi a Convenção Internacional sobre a Supressão de Tráfico de Pessoas e da Exploração de Outrem¹⁰, que se debruçava sobre a erradicação das formas de escravatura, designadamente o tráfico de pessoas, a exploração sexual, o

⁸F J do Nascimento Branco, Intervenção social, 2014 – revista.lis. ulusiada.pt, encontrado em <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=declara%C3%A7%C3%A3o+dos+direitos+do+homem+e+do+cidad%C3%A3o&btnG=&lr=>

⁹ Este instrumento foi alterado pelo Protocolo aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas 43 de Dezembro de 1948, encontrado em www.gddc.pt › [cooperação internacional](#) › [tratados](#)

¹⁰ Aprovado pela Resolução 317 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2 de Dezembro de 1949, e concluído em Lake Success, em Nova Iorque, em 21 de Março de 1950, encontrado em www.gddc.pt › [lista de notícias](#)

casamento forçado, a exploração de trabalhos a crianças e recrutamento forçado de crianças para utilização em conflitos armados.

No século XX, mais propriamente depois da II Guerra Mundial foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) que, em 10 de Agosto de 1948, adoptou um documento oficial denominado “A Declaração Universal dos Direitos Humanos”, que consagra todos os direitos e liberdades dos seres humanos sem qualquer tipo de discriminação.

Esta declaração tem como objecto a manutenção da paz no mundo e a sua segurança, sendo que o cumprimento destes fins inclui a defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, assim como o combate contra quaisquer tipos de violação que possam ocorrer contra os mesmos.

A presente declaração é constituída por 30 artigos, que consagram valores, respeitantes à dignidade humana, dos quais vou apenas mencionar os que considere que mais se debruçam sobre os referidos direitos, nomeadamente:

O artigo 1º diz que “ *todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos...* ”;

O artigo 2º *invoca os direitos e liberdades a todos os seres humanos sem discriminação de qualquer tipo, designadamente, raça, religião, sexo, cor, língua, etc.;*

O artigo 3º diz que “*todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal*”;

Artigo 4º, “*Ninguém será mantido em escravidão ou a servidão de escravatura ou a tratos de escravos sob todas as formas (...)*” e

Artigo 13º, *Todas as pessoas têm o direito de livremente circular e escolher a sua residência dentro de um estado*”.

Em 1966 foi criado o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos¹¹. Este Pacto reconhece a todos os membros da família humana direitos iguais e inalienáveis, que é o que constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Reconhece ainda que o ideal do ser humano livre é usufruir das liberdades civis e políticas, bem como disporem livremente das suas riquezas e dos seus recursos naturais, sem qualquer obrigação que decorre da cooperação económica internacional.

Também a Organização Internacional do Trabalho deu o seu contributo nesta temática, que para o efeito destacam-se:

A Convenção nº 29 relativa ao trabalho forçado, de 28 de Junho de 1930¹², que estipula a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho a comprometerem-se “a suprimir todo o trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas no mais breve espaço de tempo”.

Sobre o mesmo objectivo também temos a Convenção nº 105 da OIT, sobre a abolição do trabalho forçado, de 21 de Junho de 1957, que não traz nada de novo ao já acima indicado na Convenção nº 29.

E a Convenção nº 143 da OIT, relativa às migrações em condições abusivas e à promoção de igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes¹³.

Esta Convenção tem como tarefa defender os interesses dos trabalhadores empregados no estrangeiro e ainda debruçar-se na investigação no sentido de controlar a existência de migrantes ilegais empregados.

O crime de tráfico de pessoas promove o desrespeito a inúmeros direitos fundamentais, designadamente direito à liberdade, à segurança, à integridade física e moral, à propriedade privada, à participação política, à liberdade de participar na administração da justiça, entre outras, da pessoa humana uma vez que a sujeita a diversas formas de

¹¹ Adoptado pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de Dezembro de 1966 e ratificado pelo Brasil em 24 de Janeiro de 1992.

¹² Ratificado pelo Director Geral da Repartição Internacional do Trabalho, em 26 de Junho de 1956 e entrou em vigor em 26 de Junho de 1957, encontrado em [www.gddc.pt > direitos humanos](http://www.gddc.pt/direitos-humanos)

¹³ Adotada em Genebra, em 24 de Junho de 1975
www2.camara.leg.br/atividade...de.../ConvRelMigCondAbu.html

exploração, como a imposição da prostituição, trabalhos forçados, escravidão, proibição de contactos, condições precárias de habitabilidade, etc.

A preocupação em combater o tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, foi sempre uma dor de cabeça para os instrumentos jurídicos, o que implementavam sempre instrumentos novos como foi o caso em 2000, na adoção de um dos instrumentos mais importantes e influentes nesta matéria, que foi o Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, designado como Protocolo de Palermo.

“O presente protocolo tem como objeto prevenir e combater o tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, proteger as mesmas e promover a cooperação entre os Estados, tudo conforme descreve o artigo 2º do mesmo protocolo.”

A União Europeia preocupou-se com o tráfico de seres humanos, integrando-o como prioridade da sua agenda política no domínio da justiça e dos assuntos internos, em 1996 aquando da primeira comunicação do Conselho e do Parlamento Europeu sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, comunicação essa que teve o nº 567¹⁴ sendo que, a partir daí foram criados diversos instrumentos legislativos para prevenir, impedir o combater o tráfico de mulheres.

Com o mesmo objetivo, a Organização para a Segurança e Cooperação no Europa também tem vindo a desenvolver um papel importante no combate ao tráfico de seres humanos, nomeadamente o Plano de Ação para Combater o Tráfico de Seres Humanos, Decisão nº 557, de 24 de Julho de 2003, que tem como principal objetivo conceber sistemas de monitorização relacionadas com o tráfico, no sentido de se poder estabelecer interligação com as organizações internacionais para assim obter conhecimento e partilha de informações¹⁵.

Todo o quadro legislativo descrito, empenhado em desenvolver estratégias de combate ao tráfico de pessoas em geral e de mulheres e crianças para fins de exploração

¹⁴ Santos, 2007: 48

¹⁵ Encontrado em direitoeconomia.com/2008/.../observatorio-do-traffic-de-seres-humanos-...

sexual, também se junta a cooperação judiciária e policial que tem um papel decisivo e muito importante no combate ao referido crime, que é o tema que se segue.

1.2- COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E POLICIAL

Com a entrada em vigor da Convenção do acordo de Schengen¹⁶, em 26 de Março de 1995, assinado por sete países (Alemanha, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Espanha, França e Portugal), acordo onde se estabeleceu a criação do espaço de Schengen, (espaço de liberdade, segurança e justiça), mercado comum, baseado no princípio da livre circulação de pessoas, produtos, bens, serviços e capitais no interior da União Europeia, que não só abriu caminho para liberdade de circulação, como também abriu novas oportunidades para a prática de crimes no espaço europeu.

Por esta razão reconheceu-se que era de todo importante implementar medidas de cooperação policial e judiciária entre os Estados Membros para efeitos de auxílio mútuo na descoberta dos criminosos.

A cooperação policial entre os Estados-Membros teve o seu início em 1976 com a criação de grupos de trabalho, denominados “grupos de Trevi”, criado em reunião de Ministros Europeus, nos anos 60, dedicado à cooperação policial na luta contra o terrorismo, designadamente tráfico de pessoas, tráfico de drogas e imigração ilegal organizada¹⁷.

Por o crime de tráfico de pessoas ser bastante complexo, existem dificuldades em desenvolver acções no âmbito da prevenção, mais propriamente no tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, pela complexidade das relações existentes, designadamente quando se fala de relações decorrentes de situações de vulnerabilidade social.

Neste ponto surge a importância da criação de políticas sociais que consigam oferecer oportunidades de combate às situações de vulnerabilidade existentes.

No âmbito da repressão às organizações criminosas do tráfico de pessoas, o trabalho cooperado por órgãos de polícia criminal torna-se uma evidência.

¹⁶ A Laureano. A Rento-2004 Repositório aberto.up.pt, encontrado em <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=conven%C3%A7%C3%A3o+de+schengen&btnG=&lr=>

¹⁷ M Varejão-verba júris – anário de após graduação em ...2003 – periódicos.ufpb.br, encontrado em <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=grupo+de+trevi&btnG=&lr=>

As redes de tráfico são uma modalidade do crime transnacional, desempenhando acções ilícitas, desde a sua intervenção até à consumação do crime. Assim as características do crime de tráfico, (grupos organizados, especialistas no crime organizado, tecnologia ao mais alto nível, sigilo entre a grupo, etc.), dificulta a obtenção de provas, a apreensão dos traficantes e a protecção das vítimas.

Começando por falar das forças policiais de cada país, é de todo sabido que as competências de atuação são restritas, logo a necessidade de haver cooperação entre agentes policiais de outros países, que se auxiliam mutuamente no combate aos crimes transnacionais, (tráfico de pessoas, de armas, de droga, de órgãos, etc).

Cooperar significa o auxílio e uma interajuda entre polícias com formação específica para atuar com o crime organizado, entre países e em constante comunicação entre si, com o objectivo de encontrar as redes criminosas espalhadas por todo o mundo, e libertar as vítimas do flagelo do tráfico que estão a ser submetidas.

Uma outra forma de cooperar é a ajuda dada pelas vítimas, que se voluntariam para denunciar as situações que foram submetidas, identificarem os criminosos, que muitas vezes são pessoas conhecidas, vizinhos ou até familiares, o que para este efeito, as vítimas devem ser recebidas com uma atenção diferente, conforme vem referido no artigo 2º do Protocolo de Palermo, que consagra o objecto do tráfico de pessoas como:

Artigo 2 “al. A) Prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma especial atenção às mulheres e às crianças;

Al. B) Proteger e ajudas as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos; e

Al. C) Promover a cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir esses objectivos.

Esta atenção às vítimas é geralmente iniciada pelas entidades policiais ou pelas Organizações Não Governamentais (ONG), que atendem mulheres em situação de violência sexual, exploração sexual, irregulares naquele país devido à falsificação do passaporte por parte dos criminosos, e no caso das mesmas estarem dispostas a serem auxiliadas, inicia-se um trabalho de promoção dos seus direitos, apresentando-lhes

alternativas, nomeadamente inserção profissional ou procedimento administrativo no caso de se encontrarem em situação irregular, (não estão autorizadas legalmente a residirem naquele país).

No início deste capítulo foi referido, que o espaço de Schengen concretiza-se por liberdade, segurança e justiça, ou seja, de uma europa judiciária, o que para o efeito é imprescindível a criação de cooperação internacional.

Com o Tratado de Maastricht¹⁸, no âmbito de cooperação policial entre os Estados Membros em matéria de combate ao terrorismo, tráfico de drogas e crime organizado internacional, surge a criação de um serviço europeu de polícia a (EUROPOL)¹⁹, que teve o seu início em 1 de Julho de 1999.

A EUROPOL tem como missão o tratamento e intercâmbio de informação criminal contribuindo significativamente para a aplicação de leis da União Europeia no combate à criminalidade organizada.

Tem ainda o objectivo de melhorar a eficácia e a cooperação entre os Estados Membros da União.

Ainda no Espaço de Schengen, outra missão que lhe é atribuída é encontrar as pessoas que integram os grupos criminosos, para efeitos de procedimento no cumprimento de uma pena ou de uma medida de segurança privativa de liberdade, facilitando assim sua extradição, o que para o efeito temos os Mandados de Detenção Europeu (MDE)²⁰.

Os MDE foram adotados através da Decisão Quadro nº 2002/584/JAI (Justiça dos Assuntos Internos), de 13 de Junho de 2002.

Portugal aprovou o regime jurídico dos MDE através da Lei nº 65/2003, de 23 de Agosto, que entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2004.

A definição de MDE encontra-se consagrada no artigo 1º da referida Decisão Quadro, como sendo:

¹⁸ Ribeiro-2012-comum.rcaa.pt, encontrado em <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=interpol+e+europol+texto+em+portugu%C3%AAs&btnG=&lr=>

¹⁹ Idem, pág.8

²⁰ Idem, Fls. 14

“Uma decisão Judiciária emitida por um Estado Membro com vista à detenção e entrega por outro Estado Membro de uma pessoa procurada, para efeitos de procedimento penal ou de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativa de liberdade”.

Assim os MDE facilitam e aceleram a cooperação judicial no que toca à localização e detenção de uma pessoa procurada.

Os MDE são compostos por um documento próprio, que para o efeito têm que ser preenchidos de acordo com as recomendações ali estabelecidas.

Ainda no âmbito de cooperação internacional e para um bom desempenho dos órgãos policiais, houve necessidade de criar um gabinete nacional, que através do Dec. Lei nº 292/94, de 16 de Novembro foi criado o Gabinete Nacional SIRENE²¹.

O Gabinete Nacional SIRENE são pontos de contacto permanente, existentes em cada um dos Estados Membros, através dos quais são transmitidas todas as informações necessárias ao eficaz funcionamento do SIS (Serviço de Identificação Secreto).

Outra medida adotada que convém destacar, por também fazer parte da cooperação internacional, é a Eurojust²², que é uma organização composta por magistrados e investigadores com larga experiência, nomeada pelos 27 Estados Membros, que tem como missão reforçar a eficácia das autoridades nacionais responsáveis pela investigação e pelo exercício de acção Penal na luta contra as formas graves de criminalidade transfronteiriça e criminalidade organizada, bem como submeter os criminosos a julgamento de forma célere e eficaz.

A EUROJUST tem como objectivo ser o centro de peritos a nível judiciário, com vista a uma acção efectiva com a criminalidade organizada transnacional da União Europeia.

Por último temos a INTERPOL, que é uma organização mundial de cooperação policial, estando os seus objectivos consagrados no artigo 3º do Estatuto Interpol Constitution and General Regulation, como:

²¹ Idem, fls. 8 e instituída pela Decisão Quadro nº 2002/187/JAI do Conselho e alterada pela Decisão Quadro nº 2009/426/JAI do Conselho de 16 de Dezembro de 2008

²² Idem, fls.13

“Assegurar e desenvolver a assistência recíproca entre todas as autoridades de polícia criminal no quadro da legislação existente nos diferentes países e no espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como estabelecer e desenvolver as instituições capazes de contribuir eficazmente para a prevenção e repressão das infracções do direito comum”.

A Interpol tem como função, agilizar a cooperação policial desenvolvendo a liberdade de estabelecimento de relações entre os Estados Membros através de Gabinetes Nacionais.

Estes Gabinetes têm como missão fazer todos os esforços compatíveis com a legislação do seu país para participar com diligências nas atividades da Interpol, assegurando as ligações dos Gabinetes Nacionais, com o Gabinete Central, e com as autoridades nacionais.

Para além disso os Gabinetes Nacionais apoiam os restantes Estados-Membros através de bases de dados, concretamente o Sistema de Informação Criminal da Interpol, de mensagens normalizadas e formulários de forma a facilitar a qualidade da comunicação entre os diferentes estados, e pedidos de informações relativamente a pessoas procuradas.

Foi dentro de um quadro histórico, (após o 11 de Setembro de 2001), que motivou os Estados a criarem um ambiente de cooperação mais favorável.

Por tudo o exposto conclui-se que a cooperação entre órgãos policiais, Gabinetes internacionais e órgãos jurisdicionais, permitem uma atuação em tempo real da detenção dos agentes do crime, possibilita o contacto direto entre autoridades judiciárias, permitindo assim uma justiça mais célere, mais eficaz e mais moderna.

Também os MDE tornam o processo de extradição mais rápido e extremamente simples, ao contrário do processo de extradição que é complexo e lento.

Ainda no combate ao crime de tráfico de pessoas na área da prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual a nível Internacional, temos o Projeto CAIM (Cooperação, Ação, Investigação, Mundivisão), projecto que envolve o Ministério da Justiça, a Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, o Ministério da Administração Interna,, o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Éticas, a

Organização Internacional para as Migrações e a Associação para o Planeamento da Família.

O presente projecto teve o seu início em 6 de Dezembro de 2005 com a duração até Julho de 2007, que teve como objectivo desenvolver trabalho interinstitucional na área da prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

Para este efeito é essencial adotar estratégia coordenada e de responsabilidade conjunta no combate, apoio, e protecção às vítimas de tais crimes.

Assim o Projeto CAIM tem as seguintes vertentes:

“1. Levantamento de legislação nacional e estrangeira e apresentação de propostas de medidas e políticas que respondam às necessidades de protecção e de assistência às vítimas de tráfico.

2. Aprofundamento do conhecimento do tráfico de pessoas:

a) Implementação de um sistema de monitorização do fenómeno do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual;

b) Criação e aplicação de um guia de registo para as situações de tráfico;

c) Estudo e estimativa do fenómeno do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual em Portugal, tendo em vista a compreensão das dinâmicas e tendências actuais do fenómeno.

d) Desenvolvimento de estratégias de comunicação.

3. Desenvolvimento de medidas de apoio e integração social das mulheres vítimas de tráfico.

4. Formação de técnicos de intervenção, de agentes e serviços de segurança, de mediadores inter-culturais e de mulheres vítimas de tráfico, assim como de formadores, de forma a assegurar os efeitos multiplicadores da formação.

5. Desenvolvimento da cooperação entre os diversos agentes de intervenção, quer a uma escala nacional, quer a uma escala internacional”.

O Projeto CAIM também teve impacto a nível Nacional, que no dia 6 de Dezembro de 2007 teve a primeira reunião de discussão, com a participação de agentes de intervenção social, de segurança e de investigadores, com o objectivo de dar mais importância ao crime de tráfico, bem como promover, exercitar e testar as formas de intervenção²³.

²³ DGPI. Projeto CAIM (Tráfico de Pessoas), encontrado em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/politica-legislativa/anexos/legislacao-avulsa/projecto-caim-trafico-de/>

A cooperação internacional visa um auxilia e inter ajuda entre forças de segurança para assim, em conjunto poderem combater o crime organizado e encontrarem os seus agentes, que após a sua detenção, são extraditados para o país de origem, que os julga e aplica uma pena, de acordo com o quadro legal do respectivo país, tema que vai ser apresentado nos dois capítulos que seguem.

1.3-A EVOLUÇÃO DO QUADRO LEGAL PORTUGUÊS SOBRE O CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS

O crime de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual é a preocupação de todos os Governos, não só ao nível do combate e investigação, mas também ao nível legislativo, na implementação de nova legislação para que, por esta via também seja possível o seu combate.

O crime de tráfico de pessoas existe no ordenamento jurídico Português desde 1982.

O Código Penal de 1982²⁴, estabeleceu no artigo 217º nº1 do Código Penal que:

“Quem realizar tráfico de pessoas, aliciando, seduzindo ou desviando alguma, mesmo com o seu consentimento, para a prática, em outro país, da prostituição ou de atos contrários ao pudor ou à moralidade sexual, será punido com prisão de 2 a 8 anos e de multa até 200 dias.”

Constitui elementos do crime de tráfico de pessoas para o estrangeiro, o aliciamento, sedução, engano, ou desvio de informação, com vista à prática da prostituição ou atos contrários ao pudor ou à moralidade sexual.

O objecto deste crime era, por um lado prestar interesses pessoais da vítima e por outro, um conjunto de bens comuns a toda a sociedade²⁵

Na opinião de (Sousa Santos 2009), a referência que do artigo 217º do Código Penal faz à prostituição e a atos contrários ao pudor ou à moralidade sexual, são o reflexo de que os valores sociais seriam mais protegidos e tutelados do que o interesse individual das vítimas.

No ano de 1995, houve uma alteração ao Código Penal, através do Dec. Lei nº 48/95, de 15 de Março, introduzindo alterações relevantes quanto aos crimes sexuais, designadamente:

²⁴ Aprovado pelo Dec. Lei nº 400/82 de 23 de Setembro

²⁵ B S Santos, C Gomes, M Duarte – revista crítica de ciências sociais, 2009-RCCS.revuees.org, encontrado em <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=legisla%C3%A7%C3%A3o+penal+portuguesa+na+tr%C3%A1fico+de+pessoas&btnG=&lr=>

A protecção do bem individual das vítimas, que passou a ser prioritário em relação à protecção dos valores morais da sociedade.

Esta alteração verifica-se no ponto 1 do preâmbulo do referido artigo 217º do CP, ao considerar que:

“A tendência cada vez mais universalizante para a afirmação dos direitos do homem como princípio basilar das sociedades modernas, bem como o reforço da dimensão ética do Estado imprime à justiça o estudo do 1º garante da consolidação de valores fundamentais reconhecidos pela comunidade, com especial destaque para a dignidade da pessoa humana”.

Outra alteração foi o reforço da tutela do bem jurídico, que para o efeito levou o legislador a fazer alterações ao nível sistemático, transferindo os crimes sexuais do capítulo relativo aos crimes com valores e interesses da vida em sociedade, para o título dos crimes contra as pessoas, onde constituiu um capítulo autónomo sobre a epígrafe dos crimes contra a liberdade e auto - determinação sexual, abandonando a conceção moralista em favor da liberdade e auto-determinação sexual, bens eminentemente pessoais.

Assim, neste caso o bem jurídico passou a ser “ a liberdade de auto – determinação sexual da pessoa”.

Para o Professor Figueiredo Dias (2001) diz que se , “se a função função do Direito Penal é a tutela subsidiária dos bens jurídicos constitucionalmente protegidos, logo toda a norma incriminadora na base da qual não seja suscetível de se divisar um bem jurídico-penal claramente definido é nula”

Além destas alterações sistemáticas, o Dec. Lei nº 48/95 de 15 de Março também modificou os requisitos para o preenchimento do tipo de crime de tráfico de pessoas, que passou a estar previsto no artigo 169º, do Código Penal, com a seguinte redacção:

“Quem por meio de violência, ameaça grave, artil ou manobra fraudulenta, levar outra pessoa à prática, em país estrangeiro, da prostituição ou atos sexuais de relevo, explorando a sua situação de abandono ou de necessidade, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos”.

Neste caso o objecto não era punir a prática da prostituição em si mesma, mas sim a conduta do agente, que através de meios ardilosos ou violentos, levasse a pessoa a prostituir-se ou a praticar atos sexuais de relevo no país de destino²⁶.

Outra reforma do Código penal foi implementada, designadamente a alteração introduzida pela Lei nº 65/98, de 2 de Setembro, que alargou o âmbito de aplicação das normas que previam os tipos legais de crime, sendo o de tráfico de pessoas plasmado no artigo 169º, do Código Penal e o artigo 170º, do Código Penal no que respeita ao crime de lenocínio, eliminando o elemento previsto no código anterior “exploração de situação de abandono ou necessidade”.

No que se refere aos artigos, 169º e 170º do Código Penal, respectivamente, tráfico de pessoas e lenocínio, outra alteração surgiu, através da Lei nº 99/2001, de 25 de Agosto que veio alterar a previsão legal destes dois tipos de crime, passando assim a ter a seguinte redacção:

Artigo 169º, do Código Penal_

“Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil, manobra fraudulenta, abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando qualquer situação de especial vulnerabilidade, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de pessoa, ou propiciar as condições para a prática por essa pessoa, em país estrangeiro, de prostituição ou de actos sexuais de relevo, é punido com prisão de 2 a 8 anos”.

Artigo 170º do Código Penal:

“Se o agente usar de violência, ameaça grave, ardil, manobra fraudulenta, de abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou se aproveitar de incapacidade psíquica da vítima ou de qualquer outra situação de especial vulnerabilidade, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos”²⁷.

Em 2007 outra alteração foi introduzida, a Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro, que introduziu alterações no que respeita ao crime de tráfico de mulheres para fins de

²⁶ Boaventura Sousa Santos, 2007, pág. 50

²⁷ Boaventura Sousa Santos, pá. 53

exploração sexual, estas alterações foram impostas por decisões-quadro da União Europeia e por outros instrumentos que vinculam o Estado Português²⁸.

As alterações previstas no referido Lei n.º 59/2007, quanto à alteração sistemática, o crime de tráfico de pessoas deixa de estar previsto na secção do Código Penal relativa à liberdade sexual, passando a estar prevista no capítulo dos crimes contra a liberdade pessoal.

Quanto ao tipo de crime, tanto no crime de tráfico de pessoas, como no crime de lenocínio, houve uma alteração significativa, no tráfico de pessoas refere agora a actividade de exploração sexual, que de acordo com a nova lei, o artigo 169.º, do Código Penal, passa a ter a seguinte redacção:

“Quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa” para aqueles fins, quer “por meio de violência, rapto ou ameaça grave”, quer através de “ardil ou manobra fraudulenta”, ou “com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar”. O agente será igualmente punido se praticar aqueles actos, quer profissionalmente ou com intenção lucrativa, quer com aproveitamento da “incapacidade psíquica ou de qualquer situação de vulnerabilidade da vítima, ou mediante a obtenção de consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima”.

Quanto à alteração do crime de lenocínio, artigo 170.º, do Código Penal, retirou do conceito legal “atos sexuais de relevo”, o que de acordo com a nova Lei, passa a ter a seguinte redacção:

“O agente que, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos. Se o agente cometer o crime de lenocínio, quer por meio de violência ou ameaça grave, quer através de ardil ou manobra fraudulenta, ou com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou

²⁸ Destaca-se, em especial, a *Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional* e o Protocolo Adicional relativo à prevenção, à repressão e à punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, aprovados pela Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004, de 2 de Abril, e ratificados pelo Decreto do Presidente da República n.º 19/2004, de 2 de Abril; a Decisão-Quadro 2002/629/JAI, do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativa à luta contra o tráfico de seres humanos; a Decisão-Quadro 2004/68/JAI, do Conselho, de 22 de Dezembro de 2003, relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil; e a *Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Seres Humanos*, assinada por Portugal em 16 de Maio de 2005.

aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de qualquer outra situação de vulnerabilidade da vítima, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos”²⁹.

²⁹ Sousa Santos, 2007

1.4- A REVISÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

A Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, procedeu a alterações ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Dec. Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, a qual introduziu as alterações previstas na Proposta de Lei n.º 109/X (Maio de 2007)³⁰, com incidência sobre o crime de tráfico de pessoas, designadamente:

As alterações que a proposta se dignou alterar, foram:

O crime de tráfico de pessoas passar a ser abrangido pelo conceito de criminalidade altamente organizada;

A Proibição de publicar a identidade das vítimas de crime de tráfico de pessoas, excepto se as vítimas derem o seu consentimento ou o crime for praticado através de órgãos de comunicação social. Esta publicação consiste na protecção das vítimas pelo impacto social que este tipo de crime dá na sociedade:

Ainda propôs que sejam efetuadas buscas domiciliárias entre as 21 horas e as 7 horas nos casos de criminalidade altamente organizado onde está incluído o crime de tráfico de pessoas³¹.

Ainda nas alterações previstas no Código de Processo Penal, outros instrumentos normativos foram implementados no que se refere ao crime de tráfico de pessoas, nomeadamente a Lei n.º 61/91, de 13 de Agosto, que se refere à protecção das mulheres vítimas de violência.

Tem como objectivo um reforço dos mecanismos de prevenção legal às mulheres vítimas de tais crimes, designadamente o estabelecimento urgente de gabinetes para atendimento telefónico, a criação de gabinetes de atendimento junto aos órgãos de polícia criminal, um regime de incentivo à criação e funcionamento de associações de mulheres com fins de defesa e protecção das vítimas de crimes e um sistema de garantias adequadas à cessação da violência e à reparação do dano ocorrido³².

³⁰ <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=33345>

³¹ Sousa Santos, 2007, pág. 57

https://www.google.pt/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1CHWA_pt-PTPT635PT635&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Lei+n%C2%BA+61%2F91%2C+de+13+d³²

O Dec. Lei nº 104/2009, de 14 de Setembro que estabelece indemnização às vítimas de crimes violentos por parte do Estado.³³

Ainda este diploma estabelece na al. a) do nº 2 do artigo 1º, que crimes violentos são os que se enquadram nas definições legais de criminalidade violenta plasmados as al. j) e l) do artigo 1º do Código de Processo Penal.

Também as testemunhas no caso de crimes de tráfico de pessoas são protegidas por lei, mais propriamente pela Lei nº 93/99, de 14 de Julho, alterado pela Lei nº 42/2010, de 3 de Setembro, estabelece no seu nº 1, que as testemunhas de crimes de tráfico de pessoas beneficiam das medidas gerais de protecção de testemunhas em processo penal, e como tal não poderão revelar a sua identidade em alguma ou em todas as fases do processo³⁴.

33

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1135&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=

34

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1135&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=

1.5- A IMIGRAÇÃO ILEGAL

“Um dos mais consensuais direitos de soberania de um Estado-Nação é o de controlar quem pode entrar e permanecer no seu território” (Jorge Malheiros³⁵ e Maria Ioannis Baganha)

De acordo com o nº 2 do Dec. Lei nº 244/98, de 28 de Agosto³⁶, define o conceito de estrangeiro como “todo aquele que não prove possuir nacionalidade Portuguesa”.

O tráfico de imigrantes começou a ser estudado a nível mundial, a partir dos anos 90, por nesta época se tornar visível a tensão crescente para a emigração por parte dos países de origem e uma restrição política à emigração por parte dos países de destino.

Por este facto e pelos avanços tecnológicos, tanto nos meios de comunicação como de informação, levou a uma crescente rede de organizações de intermediários, que aproveitaram estes factos para explorarem o negócio de imigração ilegal³⁷.

A mesma fonte refere que Portugal despertou para este tipo de realidades (tráfico ilegal de pessoas), no final dos anos 90, pelo facto do volume de emigrantes ter disparado brutalmente, o que levou a ser visível o papel das redes organizadas de auxílio à emigração ilegal.

Numa primeira fase, estes imigrantes eram provenientes da Europa de Leste, passando de seguida para imigrantes de nacionalidade Brasileira, também dependentes da atuação de redes criminosas.

Ainda nos finais dos anos 90, tornou-se visível a presença de mulheres estrangeiras ligadas ao negócio do sexo, sendo a maior parte de nacionalidade Brasileira.

São várias as razões que levaram as cidadãs Brasileiras a escolherem Portugal como país de destino, nomeadamente:

³⁵ JORGE MALHEIROS e Maria Ioannis Baganha, , Imigração Ilegal em Portugal, Padrões Emergentes em inícios do século XXI, encontrado em http://Janusonline.pt/2001/2001_3_3_12.html

³⁶ O Dec. Lei nº 244/98, de 8 de Agosto já foi alvo de várias alterações, designadamente pela Lei nº 97/99 de 26 de Julho, Dec. Lei nº 4/2001 de 10 de Janeiro, Dec. Lei nº 34/2003 de 25 de Fevereiro e Dec. Lei nº 23/2007 de 4 de Julho.

³⁷ JOÃO PEIXOTO, Tráfico de Contrabando, Emigração Irregular, os novos contornos de imigração no Brasil e em Portugal, encontrado em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n53/n53a04.pdf>

Conhecimento prévio sobre Portugal, a afinidade com a língua, semelhança cultural, uma boa imagem de Portugal no Brasil, ausência de vistos para os países da União Europeia, a expectativa de fácil legalização e o facto de Portugal poder funcionar com uma porta aberta para a Europa

Os imigrantes que têm como destino Portugal têm-se fixado, quase exclusivamente, nas áreas urbanas, mais propriamente na Região de Lisboa, que concentra quase dois terços dos estrangeiros em situação legal, tendo recebido cerca de 60% das solicitações para obtenção de visto de residência apresentadas em 1996.

Esta tendência para a aglomeração na Região de Lisboa reforça-se ainda mais, pela importância da oferta de trabalho informal e das redes de solidariedade social endógenas das comunidades imigradas mais consolidadas em Portugal — as oriundas dos PALOP — na indução da imigração ilegal de tipo tradicional³⁸.

A mesma fonte ainda refere que, “o número de imigrantes em situação ilegal em Portugal não é possível obter dados concretos, mas de acordo com os relatórios da Segurança Interna, pensa-se que pode ser avaliado na ordem dos 25 a 40 mil imigrantes na primeira metade dos anos 90, estimativa baseada nos seguintes dados:

- a) Durante a Regularização Extraordinária de 1992, dos 39 mil processos entrados apenas 16 mil deram lugar à emissão de títulos de residência (R.S.I. de 1994);
- b) A Regularização Extraordinária de 1996 foi legitimada politicamente pela necessidade de legalizar os imigrantes que não tinham sido abrangidos pela anterior Regularização de 1992 ou que se tinham novamente tornado ilegais;
- c) Durante a Regularização de 1996, foram recebidos 35 mil processos dos quais mais de 95% deram lugar à emissão de um título de residência”.

Na proposta do plano global de luta contra a imigração ilegal e o tráfico de pessoas³⁹, reconhece que a entrada ilegal nos países de destino é cada vez mais organizada por intermediários.

³⁸ Jorge Malheiros e Maria Ioannis Baganha

³⁹JOC nº 142, de 14/6/2002, pág. 23

As Nações Unidas reconhecem que a presença das organizações criminosas, tanto no crime de imigração ilegal como no de tráfico de pessoas, cada vez mais é um grave problema para a comunidade internacional.

A imigração irregular, apelidada de “ilegal” tem uma ligação estreita com o tráfico de pessoas.

A maioria das vítimas de tráfico são candidatas à imigração, aliciadas através dos mesmos métodos e com o mesmo tipo de objectivos dos verdadeiros migrantes num contexto em que as migrações internacionais adquirem uma natureza rotineira.

É precisamente a rotina da migração que leva as vítimas a acreditarem nas falsas promessas de emprego com que são aliciadas na maioria dos casos.

Esta atividade movimenta receitas a nível mundial, o que faz com que as organizações criminosas recrutem pessoas de diversos países, tais como Senegal, Mali, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Gana e Nigéria, provocando às vítimas dor, sofrimento estigma e engano.⁴⁰

A forma como as pessoas entram nos países de destino, pode ser realizada de várias formas. Estas podem ocorrer de forma regular, com um visto autorizado, mas para efeitos de estudos, negócios ou férias, em que os detentores destes vistos não respeitam o prazo de validade do mesmos e acabam por ficar de forma irregular no país. No entanto, existem ainda outros que entram nos países de forma irregular, ou porque atravessam as fronteiras indocumentadas ou pela apresentação de documentos falsos.

Estas entradas irregulares estão associadas à intervenção de organizações criminosas, que a troco de contrapartidas monetárias, recrutam pessoas com que têm necessidade de um emprego, pertencentes a grupos vulneráveis, que são exploradas pela organização, que lhes exigem um preço muito alto pelo seu recrutamento.⁴¹

Por este tipo de flagelo ser considerado um problema a nível mundial, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou pela sua resolução 55/25 de 15 de Novembro de 2000, o

⁴⁰ JOÃO DAVIN, A Criminalidade Organizada Transnacional

⁴¹JOÃO DARVIN Pág.30

Protocolo sobre tráfico de pessoas que entrou em vigor em 25 de Novembro de 2003⁴², que no seu n.º 3, al. a), define tráfico de pessoas como:

“Facilitar a entrada ilegal de uma pessoa em um Estado Parte do qual essa pessoa não é nacional ou residente permanentemente, com o objectivo de obter, direta ou indiretamente um benefício financeiro ou outro benefício material”.

A al, b) do mesmo diploma define entrada ilegal como:

“Entrada ilegal entende-se a passagem de fronteiras sem preencher as condições necessárias para a entrada legal no estado de acolhimento”.

Dec. Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro⁴³ aditou o artigo 134º-A,⁴⁴ que reforçou e aperfeiçoou a criminalização do auxílio à imigração irregular⁴⁵, com a seguinte redacção:

“Quem favorecer ou facilitar por qualquer forma a entrada ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional, é punido com pena de prisão até 3 anos. Se a conduta do agente for praticada com intenção lucrativa será punido com pena de prisão de 1 a 4 anos. A tentativa é punível”.

Outra grande inovação legislativa foi a previsão de um regime especial para a autorização de residência das vítimas de tráfico de seres humanos ou de ação de auxílio à imigração ilegal e que cooperem com as autoridades competentes. Esta regulamentação legislativa deriva da necessidade de se proceder à transposição para o ordenamento jurídico Português da Directiva nº 2004/81/CE do Conselho da União Europeia, de 29 de Abril de 2004.⁴⁶

⁴² <https://rccs.revues.org/952?lang=enwww.undoc.org/undoc/en/ccrime cip signatures trafficking.html>

⁴³ <https://rccs.revues.org/952?lang=en>

⁴⁴

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=307&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=

⁴⁵ Art.º 34º-A, “Quem favorecer ou facilitar por qualquer forma, a entrada ou o trânsito ilegais de cidadãos estrangeiros em território Nacional, é punido com pena de prisão de 3 anos.”

Se a conduta for praticada com intenção lucrativa, será punido com pena de prisão de 1 a 4 anos.

⁴⁶ Boaventura Sousa Santos, 2007, pág. 61

A imigração ilegal além de ser um problema para os países de destino que para controlar este tipo de imigração com leis rígidas e deportações sistemáticas, também são um problema para os próprios migrantes que são obrigados a trabalhar sob condições precárias, com rendimentos baixos e sem direito à protecção jurídica devido ao seu estatuto social ilegal.

Esta situação acarreta graves problemas para os Governos dos países de destino que são atacados pelos organismos de cariz humanitária, designadamente Organizações Não Governamentais, que acham que os Governos devem criar mecanismos para a integração dos imigrantes na sociedade, acolhimento, e respeitá-los à luz dos direitos humanos⁴⁷.

⁴⁷ FRANCISCO Wetimane, a imigração ilegal em Moçambique, encontrado em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2933/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Vers%C3%A3o%20Final%202222.pdf>

2.- O TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

O tráfico de pessoas em geral, e de mulheres para fins de exploração sexual em particular, é em regra um fenómeno muito clandestino, cerrado e complexo, multidimensional, relacionado com questões sócio-económicas, de origem migratória, tendo como principal objectivo a busca por melhores condições de vida e a concretização de um trabalho.

Contudo, com o desenvolvimento tecnológico, aliado à globalização, contribuíram para que ambas as actividades, que atuam de mãos dadas, tomassem proporções alarmantes.

O crime de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, que não conhece fronteiras, é um fenómeno mundial, sobretudo nos países que passam por dificuldades económicas e sociais, nos quais é comum a figura vulnerável⁴⁸.

Conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴⁹ O tráfico Internacional de mulheres para fins de exploração sexual, apresenta-se como um dos três crimes (tráfico de pessoas, tráfico de armas e tráfico de droga) mais lucrativos do mundo, gera um lucro total anual de 31 a 6 biliões de dólares para as organizações criminosas.

A definição do tráfico de pessoas a nível internacional consta do Protocolo Adicional das Nações Unidas contra o crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição, em especial de mulheres e crianças (Protocolo de Palermo, mais propriamente no artigo 3º, como:

“O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao

⁴⁸ LEITE, Rodrigo de Almeida e Larice Ramos Medeiros Velloso , Tráfico Internacional de mulheres para fins de exploração sexual, encontrado em <http://www.sociologiajuridica.net.br/número-12/270-rodrigo-de-almeida-leite-e-larice-ramos-medeiros-veloso-tráfico-internacional-de-mulheres-para-fins-de-exploração-sexual>

⁴⁹ <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=Organiza%C3%A7%C3%A3o+internacional+do+Trabalho&btnG=&lr=>

rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.

O mesmo diploma define a exploração como:

“Aa exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”.

O tráfico de pessoas existe em todos os países e é realizado num contexto de explorações diferentes, designadamente:

Para a exploração na indústria do sexo, (exploração mais comum), trabalhos sob condições abusivas, mendicidade forçada, servidão doméstica, extracção de órgãos para transplantes.

A maioria das vítimas do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual são mulheres adultas, adolescente e crianças, podendo haver um menor número de homens.

Quanto ao crime, este é cometido com o fim de obter vantagens económicas

2.1- O TRÁFICO DE PESSOAS

O tráfico de pessoas, designadamente de mulheres para fins de exploração sexual, exploração de trabalho, mendicidade, extracção de órgãos, é um fenómeno complexo, multidimensional relacionado com questões sócio económicas de origem migratória, tendo como essencial objectivo a busca por melhores condições de vida, e a concretização de um trabalho

No contexto desta complexidade, o tráfico de pessoas é uma tarefa difícil por trazer elementos de violação de direitos humanos, tanto em relação às suas causas, como em relação às consequências deste problema⁵⁰

Atualmente encontramos a definição de tráfico de pessoas, Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, (conhecido por protocolo de Palermo) no artigo 3º, conforme já foi referido na página 32.

A nível nacional, este crime está consagrado no Código Penal, por ser uma prática que também não escapa às garras das redes criminosas, que escolhem Portugal também um país de destino para a prática de tais crimes, o que o torna assim internacional e nacional, mais propriamente, no Código Penal de 1982, (aprovado pelo Decreto-Lei nº 400//82, de 23 de Setembro), no artigo 217º nº 1, que tinha como redação:

“Quem realizar tráfico de pessoas, aliciando, seduzindo ou desviando, alguma, mesmo com o seu consentimento, para a prática, em outro país, da prostituição ou de atos contrários ao pudor ou à moralidade sexual, será punido com pena de prisão de 2 a 8 anos e multa até 200 dias”

Atualmente o crime de tráfico de pessoas encontra-se consagrado no artigo 160º, do Código Penal, com a seguinte redação:

“1- Quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoas para fins de exploração sexual, exploração de trabalho ou extração de órgãos;

⁵⁰ ⁵⁰ LEITE, Rodrigo de Almeida e Larice Ramos Medeiros Velloso

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;*
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;*
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;*
- d) Aproveitando-se da incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima;*
- c) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima, é punido com pena de prisão de três a dez anos.*
- 2- A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração sexual, exploração de trabalho ou extração de órgãos.*
- 3- No caso previsto no nº anterior, se o agente utilizar qualquer um dos meios previstos nas alíneas nº 1 ou atuar profissionalmente com a intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a dez anos.*
- 4- Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adoção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.*
- 5- Quem, tendo conhecimento da prática do crime previsto nos nºs 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.*
- 6- Quem reter, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos nºs. 1 e 2 é punido com pena de prisão até três anos se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”*

Neste contexto, Figueiredo Dias refere que “*o que faz destes crimes autênticos crimes contra as pessoas e contra um valor estritamente individual, é a liberdade de determinação sexual*”.

Refere ainda “*o tipo objetivo do tráfico internacional de pessoas, isto é: o elemento do tipo é a circulação de pessoas para o estrangeiro*”.

E que “*a conduta típica traduz-se em um ato de coação que ocorre através da utilização de um meio típico ou da violência, ameaça grave ou de manobra fraudulenta, imediatamente dirigida à prática da prostituição ou de atos sexuais*”.⁵¹ (os outros?)

O tráfico de pessoas, designadamente para exploração sexual, o trabalho escravo, a remoção de órgãos, entre outros são práticas de carácter internacional, exercido num contexto de migração irregular, por pessoas integradas em organizações criminosas, com o objectivo de obter contrapartidas designadamente a obtenção do lucro ilícito.

O tráfico de pessoas é um fenómeno que embora esteja ligado a questões modernas e capitalistas, o certo é que também é uma prática que já existia na antiguidade.

A antiguidade, remonta ao tempo das guerras de conquista de territórios em que a população era escravizada e comercializada como mercadorias.

Também no mercantilismo o tráfico de negros era voltado para a expansão do capital que utilizava a mão-de-obra escrava.

O tráfico de pessoas designadamente de mulheres para fins de exploração sexual, o uso da vítima baseia-se na qualidade, na utilidade e na necessidade do consumidor do próprio mercado, o que neste caso tem como pano de fundo, questões de raça, idade, etnia, classe, discriminação de género, pobreza e orientação sexual, sendo estes elementos que determinam o crescimento do comércio do sexo a nível transnacional.

O n.º 4 do artigo 9.º do Protocolo de Palermo explicita que:

“Os Estados Partes devem adotar ou reforçar medidas, designadamente através da cooperação bilateral ou multilateral, para reduzir os fatores como a pobreza, o subdesenvolvimento, e a

⁵¹DIAS, Jorge de Figueiredo, Código Penal, Tomo 1, Coimbra Editora, p. 510 e 511.

dignidade de oportunidades, que tornam as pessoas, em especial as mulheres e crianças, vulneráveis ao tráfico.”

Ainda o nº 5 do referido Protocolo convida os Estados Partes a adotarem medidas legislativas , tais como educativas, sociais ou culturais com o objetivo de elucidar as vítimas do tráfico, das intenções dos criminosos, e reduzir tal flagelo.

O tráfico está ligado com questões estruturais, nomeadamente falta de acesso a educação, oferta de condições dignas de trabalho, a busca por melhores condições de vida e oportunidades e consolidação de redes de crime organizado transnacional, que através das suas estratégias conseguem convencer e enganar as vítimas, nomeadamente mulheres, com oferta de bons trabalhos, que por sua vez dão o consentimento, deslumbradas com um retorno financeiro com aquela oferta de trabalho, acabando por ser enganadas, e obrigadas a exercer a prostituição com a finalidade lucrativa para aqueles.

O tráfico de pessoas incluído no crime organizado surge por organizações criminosas clandestinas que se propõem a facilitar quer o deslocamento e transporte de pessoas como também a obtenção de documentos falsos para a viagem e estadia e ainda ofertas falsas de trabalho.....

Assim o tráfico de pessoas é composto por 3 elementos:

- A ação (captar, transportar e receber pessoas);
- O meio (a ameaça, o uso da força, o rapto, a fraude, o engano e o abuso de poder);
- e
- O fim (a exploração sexual, os trabalhos forçados e a escravidão)

Estes elementos estão implícitos na definição do Protocolo de Palermo.

O tráfico de pessoas é uma prática criminosa, que nega à vítima o direito à liberdade de escolha, auto determinação sexual, a sua liberdade de poder circular livremente, rouba a dignidade como pessoa humana pela execução de um trabalho forçado e imposto.

O consentimento da vítima de tráfico de pessoas, estatui o Protocolo de Palermo no seu artigo 3º, al. b), é irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na al. a), (onde se inclui o aproveitamento de uma situação de vulnerabilidade).

Esse aproveitamento e essa vulnerabilidade tornam irrelevante tal consentimento como manifestação de liberdade.

2.1.2- O CRIME ORGANIZADO

Quando estamos na presença de uma organização estável, que opera racionalmente na obtenção de lucros através de actividades ilícitas, utiliza a violência como forma de ameaça para conseguir resultados positivos, os seus membros são dependentes da organização, regem-se por um pacto subcultura, os seus atos são estratégicos e planeados, não há qualquer dúvida que são elementos que caracterizam uma organização criminosa.

Estas organizações operam em todos os cantos do mundo, o que as caracteriza por internacionais, onde desenvolvem atividades altamente criminosas, tais como:

Fornecimento de serviços ilegais, ex: jogo, prostituição empréstimos usurários, etc.;

Suprimento de mercadorias ilícitas, ex:, drogas, pornografia, bens oriundos de crimes;

Utilização de empréstimos legítimos com a finalidade para a prática de crimes, ex. firmas de fachada;

Infiltração na estrutura estatal com a finalidade de enriquecimento ilícito, etc.

Estas actividades são dependentes de diversas causas sociais capazes de potenciar uma desorganização social, que por sua vez proporciona o aparecimento desta criminalidade organizada, designadamente:

A crescente expansão dos mercados de droga ilegal na Europa desde a época de 70;

Crescimento das migrações transfronteiriças;

A abolição dos contornos fronteiriços da década de 80;

A libertação dos mercados através da circulação de pessoas, bens e serviços e

A Globalização da economia.

O lucro fácil desapossado de sentimentos morais, são a razão de existência das organizações criminosas⁵².

⁵² GRILO, Fabiana Nunes, Tese de Mestrado, Proteção de Testemunha no Crime Organizado, encontrado em <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9017/1/Tese%20Fabiana%20Grilo.pdf>

O crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual é um crime transnacional, de grande complexidade, praticado por organizações dotados de estratégias técnicas, designadamente grupos internacionais logo ser praticado por organizações de crime organizado.

É de todo importante chegar a uma definição uniformizada do conceito de crime organizado, porque a sua definição iria permitir uma melhor eficácia de atuação no seu combate.

A Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, aprovada em Nova Iorque em 15 de Novembro de 2000⁵³, definiu o grupo criminoso organizado como:

“Um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e atuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves ou infracções estabelecidas na Convenção, com intenção de obter direta, ou indirectamente, um benefício económico ou com benefício material”.

Por esta definição podemos concluir que o crime organizado contra um ilícito, é praticado por grupos criminosos, dotados de organização e poder económico, financeiro e político, usando como armas, a corrupção e a violência física ou psicológica para poderem controlar o mercado ilícito.

Figueiredo Dias refere que, na opinião de Quinney, crime “*é uma palavra importante que possui significados diferentes para pessoas diferentes e que nem sequer encontrou ainda os contornos do significado que lhe são corretamente adstritos*”.⁵⁴

Já Dinis da Fonseca define o crime organizado “*como um crime permanente de conspiração, e de coordenação hierárquica e de planeamento executivo, visando proventos económicos ou de aquisição e manutenção de poder, (...), que envolve táticas predatórias de intimidação violência e corrupção*”.

Também a Interpol, no seu Colóquio sobre crime organizado internacional, define o mesmo como “*qualquer associação ou grupo de pessoas que se dedica a uma atividade*

⁵³ www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html

⁵⁴DIAS, Jorge de Figueiredo, Código Penal, Parte Geral, Tomo 1, 2ª edição, Questões Fundamentais, A Doutrina Geral do Crime, Coimbra Editora.

ilegal contínua e cujo objeto principal é a obtenção do lucro sem ter em conta as fronteiras nacionais.”

Estas organizações criminosas ao atuarem de forma ilícita não podem escapar ao controlo de uma legislação para assim serem responsabilizados criminalmente pelos seus atos.

Abordando o Ordenamento Jurídico Nacional, começo por mencionar a Lei fundamental, que é a Constituição da República Portuguesa, que embora não deixe claro do que pretende ser a criminalidade organizada, deixa evidente o seu reconhecimento em sede constitucional, no artigo 33º, nº 3, relativo à extradição, que dá a extrema gravidade e o elevado grau de lesão que está associado a essa conduta, faz referência ao conceito de criminalidade nacional organizada.

Quanto ao Código de Processo Penal, logo no seu artigo 1º reconhece a existência do crime organizado.

Dada a limitação que o Código de Processo Penal trata esta criminalidade, tornou-se necessário, encontrar outra legislação com estrutura que associasse a prática da actividade a determinados ilícitos, o que aconteceu com a publicação da Lei nº 5/2002, de 11 de Janeiro⁵⁵, a qual já foi alvo de revisões⁵⁶, que no artigo 1º, als, n) e m) faz referência ao crime de lenocínio e tráfico de pessoas, a qual estabelece um regime especial de recolhe de provas, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado

Manuel Valente⁵⁷ diz que “o combate ao crime organizado se faz através “de um direito organizatório mais organizado”.

Mais refere “que a criminalidade organizada dos novos tempos, marca uma nova etapa em duas questões:

⁵⁵ http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=147&tabela=le

⁵⁶ A Lei nº 5/2002, de 11 de Janeiro já foi alvo das seguintes revisões, Leis nº 19/2008, de 22/4, 317/2009 de 30/10, 242/2012 de 7/11, 60/2013 de 23/8 e 55/2015 de 23/6.

⁵⁷ Manuel Monteiro Guedes Valente, criminalidade organizada, pág. 29

“-Espécies de ameaça; e

-Contra medidas de combate a essas ameaças”.

Diz ainda que a polícia criminal não tem por si só armas para combater o crime organizado, obrigando este crime à revisão de alguns dogmas, nomeadamente:

Ao dogma republicano democrático de separação radical entre segurança interna e segurança externa, assentando assim o estado preventivo do crime organizado em três traves, tais como:

“-Legitimação de parcerias de segurança e cooperação internacional e comunitária europeia;

*-Estratégia coerente quanto à troca de informação pelos diversos serviços; e-
Centralização dos bancos de dados”.*

Este problema político organizatória é no sentido de saber em que medida é que os modelos organizativos funcionam e se são adequados ao combate eficaz da criminologia contemporânea.

Também o crime organizado está bem estruturado e organizado, com hierarquia e dinâmica própria, dividindo tarefas, atua silenciosamente, planeia atividades, serve-se para o efeito de estratégias, tais como aliciamento, engano, intimidação, suborno, violência, fazendo assim com que a sua investigação seja difícil e complexa.

São todas estas estratégias e formas de atuação tão específica, que faz com que este crime seja especial e mereça também um tratamento especial.

Os crimes praticados por estas organizações, estendem-se além-fronteiras o que dificultam os Estados de os combater.

A estrutura do nosso ordenamento jurídico processual que assenta na ação preventiva e repressiva dos tradicionais sistemas de justiça, no entanto tem-se mostrado incapaz de dar conta destes crimes organizados.

A investigação criminal é uma das práticas de combate à criminalidade, bem como a pena aplicada (pena privativa de liberdade ou medida de segurança).

Francisco da Costa Oliveira⁵⁸ diz que, *“a descoberta e a perseguição dos verdadeiros autores do crime é e sempre foi um pressuposto da realização da justiça penal”.*

⁵⁸Francisco da Costa Oliveira, A defesa e a investigação do crime - Almedina

Foi a partir da segunda metade do século XX, altura em que houve um grande desenvolvimento do crime organizado, bem como da criminalidade moderna que exigiu uma permanente evolução das técnicas da investigação criminal⁵⁹, através de ensinamentos ministrados nas modernas escolas de policia criminal.

Dada a vasta criminalidade cada vez mais técnica e mais específica dos anos 30 do século XX, no sector das actividades económicas, em que se inserem a criminalidade bancária, tributária, tráfico de pessoas para efeitos de exploração sexual ou outras, fez com que houvesse necessidade de especialização dos profissionais da investigação criminal.

Assim, por todo o mundo vieram a formar-se corpos da polícia com a função de coadjuvarem as autoridades judiciais na investigação criminal⁶⁰

Hoje em Portugal, temos várias escolas criminais, para formação de agentes, na especificação técnica nas diferentes matérias criminais, nomeadamente, o Instituto Superior de Policia Judiciária, e Ciências criminais da Policia Judiciária e a Escola Prática da Policia, da Polícia de Segurança Pública, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna da PSP.

Em Portugal, a direcção das investigações judiciais compete ao Ministério Público, coadjuvado pelos órgãos de polícia criminal, designadamente, Policia Judiciária, Policia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana

De acordo com a Nova Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), Lei nº 49/2008, de 27 de Agosto⁶¹, mais concretamente no seu artigo 1º, define a investigação criminal como “um conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas do processo”.

Também o artigo 262º, do Código de Processo Penal estabelece a finalidade e âmbito do inquérito, e estabelece “que o mesmo compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação”.

⁵⁹Idem, pág. 46

⁶⁰Em Portugal, a Policia Judiciaria foi criada pelo Dec. º 35.042, de 20 de Outubro de 1945

⁶¹José Brás, Investigação criminal, os desafios da nova criminalidade

O objeto da investigação criminal incide sobre factos, (ação ou omissão) e sobre o comportamento humano que os praticou, ou seja, sobre a materialidade e a autoria do ilícito criminal.

2.2- AS PRINCIPAIS RAZÕES DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

2.2.1- Pobreza, desemprego, aspetos culturais

Quando se fala em tráfico de pessoas logo ressalta à vista que as vítimas têm algo de vulnerabilidade que atrai os criminosos para as poderem recrutar para países de destino.

O objectivo dos traficantes é recrutar as vítimas para serem exploradas sexualmente ou outras formas de exploração sexual, trabalhos ou serviços forçados, escravidão entre outros, sendo ocultadas as suas intenções e oferecendo-lhes vantagens para a obtenção do consentimento.

Para aceitarem o recrutamento, os traficantes fazem promessas, designadamente, promessas de empregos em bares, casas, restaurantes, com remunerações aliciantes, acabando assim por serem vítimas de tráfico, ou seja, nas diversas formas de exploração, tornando-se vítimas de maus tratos, torturas, lesões, sequestro, exploração sexual, privação de liberdade, entre outros.

Segundo a Decisão-quadro do Conselho de 15 de Março de 2001⁶² relativa ao estatuto da vítima em processo penal, instrumento jurídico que resultou de iniciativa portuguesa durante a Presidência Portuguesa da União Europeia no primeiro semestre de 2000, define que vítimas são:

1.º a) “a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, diretamente causadas por ações ou omissões que infrinjam a legislação penal de um Estado Membro;”⁶³

A Organização Internacional do Trabalho aponta como principais causas do tráfico a pobreza, a ausência de oportunidades de trabalho, a discriminação de género, a

⁶² www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/.../2001-220-jai-decisao

⁶³ Encontrado em

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2001:082:0001:0004:pt:PDF>

instabilidade política, económica e civil em regiões de conflito, violência doméstica e a emigração, a marginalização da mulher, a vulnerabilidade, e a emigração **indocumental**.⁶⁴

Segundo Kevin Bales,⁶⁵ desde há longos milhares de anos sempre houve escravatura, repercutindo-se desde as epopeias do passado do antigo Egito, da Grécia Antiga e do Império Romano, em que todos faziam da escravatura uma parte integrante dos seus sistemas sociais, através das economias escravagistas Americana e Brasileira do século passado.

Mais refere que a escravatura nunca desapareceu, apenas mudou em alguns aspectos, designadamente dois:

O primeiro foi o aumento vertiginoso da população mundial, que a partir da Segunda Grande Guerra Mundial, desde 1945 triplicou, sendo o maior aumento populacional hoje mais visível no Sudeste da Ásia, no Subcontinente Indiano, em África e nos Países Árabes;

O segundo factor tem a ver com a rápida mudança social e económica relacionada com o aumento populacional que trouxe grande riqueza para os países ricos, enquanto os pobres continuavam cada vez mais pobres, ou seja, houve um aumento de pobreza, falta de emprego e falta dos seus antigos meios de sobrevivência.

A reestruturação cooperativa, e a transferência de produção para locais de mão-de-obra barata no 3º Mundo, são factores que contribuem para o aumento do desemprego e a redução de salários dos trabalhadores rurais, aumentando assim o desemprego.

Por sua vez as reformas do mercado livre contribuíram de forma brutal para a abertura de novas fronteiras económicas, garantindo assim o lucro através da imposição de salários baixos e da desregulação do mercado de trabalho, o que fez com que a pobreza seja um factor positivo da oferta para os mais fortes, nomeadamente os grupos criminosos que sobrevivem à custa deste factor de pobreza.⁶⁶

⁶⁴A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a Agência das Nações Unidas, cuja missão é promover o acesso ao trabalho decente e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade, encontrado em www.infoescola.com

⁶⁵Kevin Bales, Gente descartável, a Nova Escravatura na Economia Global, Caminho Novo Mundo.

⁶⁶Michell Chssudovsky, A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial

Segundo cálculo do Banco Mundial, 18% do terceiro mundo é extremamente pobre e 33% é pobre.

Num estudo oficial feito pelo Banco Mundial sobre a pobreza global, define o limiar de pobreza como “ um rendimento *per capita* de um dólar por dia, correspondendo a um rendimento anual per capita de 370 dólares”.

Nesta conformidade e de acordo com a opinião do Banco de Portugal, classifica os grupos populacionais com um rendimento *per capita* de um dólar por dia, grupos considerados no limiar da pobreza e os grupos com rendimento *per capita* superior a um dólar por dia os grupos não pobres.

Por sua vez o grupo de desenvolvimento humano “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)” formulou um índice de pobreza humana (IPH) como:

Uma expectativa de vida curta;

Impossibilidade de acesso à educação básica e a recursos públicos e privados.⁶⁷

⁶⁷Dem pág. 56

2.3- O PERFIL DA VÍTIMA

Para compreensão do problema do tráfico de pessoas é importante entender quais são as que se encontram mais vulneráveis à ocorrência deste fenómeno.

Não existe um perfil exato que determine quem serão as vítimas, mas verifica-se situações recorrentes na vida das pessoas traficadas.

São características das vítimas de tráfico sexual, mulheres oriundas de classes populares com baixa escolaridade, habitando em regiões suburbanas com carência de serviços sociais básicos e que exercem atividades laborais de baixa exigência, estas características apontam para uma condição de vulnerabilidade, o que propicia o aliciamento por parte dos traficantes

Não obstante e apesar do perfil das vítimas ser um factor importante no fenómeno do tráfico, não é o condicionamento exclusivo, as raízes do problema encontram-se no trio, traficante-empregador-consumidor, no qual os traficantes são impulsionados pelos lucros milionários provenientes desta atividade, os empregadores tiram o proveito da mão-de-obra explorada e barata e os consumidores dispõem-se a desfrutar dos serviços ou produtos oferecidos pelas vítimas.⁶⁸

Dentro do conceito de vítima, temos a considerar todos os contornos que circundam as suas histórias, experiências, nacionalidades, origens socioeconómicas, as suas idades, entre outros aspectos relevantes, que só assim se consegue chegar ao conceito de vítima.

A definição de vítima é um pouco complexa, uma vez que se tem que atender a vários factores, tais como:

Percepção sobre as cifras negras;

A questão do consentimento;

A construção de estereótipos relativos à mulher que trabalha na prostituição.

Distinção entre prostituição forçada e prostituição voluntária.

⁶⁸LARISSA RAMINA, Tráfico Internacional de mulheres para fins de exploração sexual, dificuldades conceituais, caracterização das vítimas e operacionalização, Revista de direitos fundamentais e democracia v.14, nº 14, Julho/Dezembro de 2013.

Segundo a interpretação extraída do protocolo de Palermo, “o consentimento para a prostituição, não significa que a mulher não seja vítima de uma situação de exploração semelhante à escravidão e ver os seus direitos humanos violados, o que neste caso estamos perante uma situação de tráfico”.

A mulher vítima de tráfico, quando dão o consentimento para trabalhar acreditam que viriam ter uma remuneração adequada e um emprego digno que não violasse os seus direitos humanos, acabando por ser enganada, ameaçada e obrigada a trabalhar na indústria do sexo, sem passaporte e por vezes a sofrer represálias caso venha a denunciar a situação.

Caso tivesse conhecimento de toda a panóplia organizada pelos traficantes, não daria o consentimento e menos ainda não se dignava a sair do seu país de origem para ficar numa situação pior do que aquela em que vivia antes.

Toda esta desinformação faz com que as mulheres fiquem em pânico, com a auto estima reduzida, desmotivadas, o que as leva por vezes a acreditarem em tudo o que lhes dizem, pois não têm outra saída senão continuarem nas mãos dos traficantes, presas a mecanismos dos quais não conseguem livrar-se.

O retrato das vítimas de tráfico, designadamente para exploração sexual, são na maioria mulheres e crianças, que podem ser casadas ou solteiras e com idades que variam entre os 25 e os 45 anos, podendo no entanto haver homens, mas com uma percentagem reduzida e pessoas de menor idade que são igualmente vítimas deste crime.

O tráfico de mulheres para fins de exploração sexual é uma situação de tráfico, mas pode acontecer que a mulher deu o seu consentimento voluntário para trabalhar na indústria do sexo por necessidade de ganhar dinheiro, vendendo assim o seu corpo livre e voluntariamente.

Aqui estamos perante uma situação de prostituição voluntária.

A prostituição forçada e a prostituição voluntária nem sempre se relacionam com a perspectiva que devemos ter do que é o tráfico de uma mulher para fins de exploração sexual nem podem ser confundidas com situações de vítimas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

As mulheres que emigram de livre vontade, por se encontrarem em situação de pobreza, motivadas apenas para ganharem dinheiro, que para isso vendem o seu corpo

livre e voluntariamente, não sendo para o efeito traficadas, (forçadas, ameaçadas, enganadas etc.), não são vítimas de tráfico, mas sim exercem a prostituição por opção, que embora não seja legalizada em Portugal, não é crime. Aqui predomina um consentimento diferente daquele, que pelo contrário, deram o seu consentimento para trabalhar, nomeadamente, dançarinas, empregadas de bar, restaurantes, ou outros, por se encontrarem numa situação de vulnerabilidade de extrema pobreza, acabaram mergulhadas na indústria do sexo, que para o qual o seu consentimento não tinha este objectivo. São estas as verdadeiras vítimas de tráfico de exploração sexual.⁶⁹

O retrato geral das vítimas de tráfico em Portugal ou outro país, é desenhado sobretudo, para mulheres que deram o consentimento inicial para trabalharem em bares, ou mesmo na indústria do sexo e que, depois se encontraram numa situação de exploração. Esta exploração diverge consoante a nacionalidade das vítimas.

Num grosso modo, o tráfico de mulheres incide em grande destaque sobre vítimas vindas da Europa Central e de Leste, Africanas e Nigerianas.

Percorrendo-se em processos de investigação, por ações de investigação, ou por recolha de informações no terreno, o resultado obtido pelo SEF, foi encontrar mulheres de várias nacionalidades, em situações de clandestinidade, em atividades relacionadas com a prostituição, das quais se destacaram, que cerca de 80% são de nacionalidade brasileira.

Uma preocupação que contorna as mulheres brasileiras é a conotação com a prostituição que a conduz a situações de discriminação, que de acordo com um testemunho dado por uma brasileira, refere que trabalhou num restaurante, e por ter sotaque respectivo, recebeu uma boca de um cliente, “és puta, és boa é na cama”.

Como referido, as brasileiras estão sujeitas a estereótipos e ideias pré-concebidas que as conotam, tanto como voluntarismo e disponibilidade sexual, como em situação de tráfico de exploração sexual.⁷⁰

Para além da nacionalidade há outras características das vítimas, designadamente a idade.

⁶⁹SANTOS, Boaventura de Sousa, CONCEIÇÃO GOMES, MADALENA DUARTE, tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual, pág. 119.

⁷⁰Idem, fls. 125

As idades mais pretendidas pelos clientes são as jovens, que embora tenham atingido a maioridade, têm aspecto de jovens, podendo até envolver casos de jovens menores, sendo esta a situação mais preocupante.

As mulheres vêm de contextos sociais vulneráveis, o seu país com grande fragilidade, uma forte debilidade económica e com dependentes a seu cargo, em particular filhos, facto que as torna particularmente vulneráveis a caírem nesta rede de tráfico sexual.

Normalmente estas vítimas têm uma boa relação com os traficantes, que por sua vez gozam de grande credibilidade junto das vítimas por se tratar de amigos, familiares, colegas. Desconhecem as suas intenções e confiam nas promessas que eles lhes fazem. São geralmente detentoras de habilitações literárias baixas, no entanto também pode igualmente haver vítimas com habilitações de nível superior.

As vítimas de tráfico para exploração sexual que mais interessam aos traficantes no que diz respeito aos seus atributos físicos, têm preferência por mulheres bonitas⁷¹, por mais atraírem os clientes e mais rentabilidade dão, que por vezes pagam mais caro pelos atributos especiais.

Estes atributos trazem às mulheres traficadas um sentimento de culpa e vergonha, uma vez que não deram inicialmente o consentimento para trabalharem na prostituição, que lhes destrói a sua autoestima e facilita posteriormente a sua exploração.

Existem inúmeros crimes e como tal inúmeras vítimas, designadamente tráfico ilegal de órgãos humanos, trabalho infantil, exploração da prostituição.

Estas vítimas são normalmente pertencentes a um nível social baixo e economicamente débil, são geralmente aliciadas para uma suposta promessa de melhor qualidade de vida no estrangeiro, pagam aos criminosos as viagens, e só quando chegam ao país de destino e conduzidas para locais diferentes dos prometidos é que realmente se apercebem que foram enganadas.

Neste âmbito foram desenvolvidos vários projetos dos quais resultaram algumas normas e protocolos. A título de exemplo podemos indicar o Protocolo de Palermo,

⁷¹SANTOS, Boaventura Sousa, Conceição Gomes, Madalena Duarte, tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual, pág. 127.

importante nesta temática pela luta que trava a nível internacional na prevenção, repressão e combate ao tráfico de pessoas.

Também a Lei n.º 61/91, de 13 de Agosto garante proteção às mulheres vítimas de violência.

Tem como objectivo o reforço de mecanismos de proteção legal às mesmas, nomeadamente estabelecimentos de um sistema de prevenção e apoio, a instituição do gabinete SOS para atendimento telefónico às mulheres vítimas de crimes de violência, a criação, junto dos Órgãos de Polícia Criminal de secções de atendimento direto, um regime de incentivo à criação e funcionamento de associações de mulheres com fins de defesa e proteção das vítimas de crimes, e um sistema de garantia adequada à cessação de violência e à reparação dos danos sofridos.

O Decreto-Lei n.º 423/91, de 30 de outubro, que já sofreu seis alterações, sendo a atual a Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro estabelece ainda, que em determinadas situações, as vítimas de crimes violentos poderão beneficiar de uma indemnização, por parte do Estado pelas lesões sofridas.⁷²

Finda a temática de vítima, conclui-se que vítima significa destruir a autoestima de quem se vê presa naquilo que é fatal sem que nada possa fazer, deixar-se sem poder sonhar nem acreditar e ser obrigada a entregar-se nas garras de quem as enganou e se aproveitou de um consentimento dado dentro de um espírito de confiança e esperança numa vida melhor.

⁷²DIAS, Jorge de Figueiredo, Direito Penal – Parte Geral, Tomo 1, 2ª Edição

2.4- DELIMITAÇÃO DO BEM JURÍDICO NO DIREITO PENAL

Quando se fala em bem jurídico, tem-se como presente algo valioso que diz respeito à integridade de uma pessoa que se pretende proteger.

Figueiredo Dias⁷³, define bem jurídico como:

“Expressão de um interesse, da pessoa ou da comunidade, na manutenção ou integridade de um certo estado, objecto ou bem em si mesmo socialmente relevante e por isso juridicamente reconhecido como valioso”

Assim bem jurídico é toda a coisa que pode ser objecto de direito.

Bem é tudo quanto pode proporcionar ao homem qualquer satisfação, logo dizer-se que a saúde é um bem, que a amizade é um bem, mas juridicamente falando, bem são os valores materiais ou imateriais que podem ser objecto de uma relação de direito.

Toda a relação jurídica entre dois sujeitos tem por objecto um bem sobre o qual recaem direitos e obrigações.

Para que se possa considerar um objecto da relação jurídica é preciso que o bem tenha idoneidade para satisfazer um interesse económico, logo tem valor económico e que se subordine a um titular.

Em direito penal o bem jurídico refere-se a valores específicos os quais a sociedade elegeu como de fundamental importância e que devido a essa importância, servem de base material para a tipificação de tipos penais, como por exemplo, direito à vida, à liberdade, à honra, à propriedade, entre outros.

É com base nos bens jurídicos que os crimes são elencados no Código Penal, como os crimes contra a vida, contra a honra, contra a liberdade, contra o património, etc.⁷⁴

Na opinião de Karl Prelhaz Natscheradetz⁷⁵, este define bem jurídico como:

⁷³SANTOS, Boaventura Sousa, Conceição Gomes, Madalena Duarte, Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual, pág. 67

⁷⁴Consultado na página electrónica, http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=bem_juridico&oldid=42916983.

⁷⁵NATSCHERADETZ, Karl Prelhaz, O Direito Penal Sexual, Conteúdo e Limites, Livraria Almedina.

“Tudo aquilo que, do ponto de vista do legislador, se reveste de valor como pressuposto de uma vida sadia da comunidade jurídica e, conseqüentemente, todos os bens tutelados pelas normas jurídicas são considerados bens jurídicos”

Para este autor o bem jurídico é criado pelo direito do próprio legislador que, arbitrariamente escolhe os objetos a que deve ser conferida a tutela jurídico-penal, ou seja, o bem jurídico é concedido na dogmática do direito penal.

A mesma fonte refere que na opinião de Liszt, “o bem jurídico não é um bem do direito, mas sim um bem dos homens reconhecido e tutelado pelo direito”, isto é, opõe-se a um tratamento puramente formal do direito.

Eduardo Correia define bem jurídico como:

“Uma síntese categorial, através da qual o pensamento jurídico se esforça por compreender em fórmulas mais curtas o sentido e o fim dos diversos preceitos criminais”

O bem jurídico identifica-se assim como um interesse jurídico-penalmente tutelado.

Por todas as opiniões até agora explanadas, conclui-se que a definição de bem jurídico é puramente ampla, no entanto, e de acordo com as recentes teorias do bem jurídico tem salientado que a noção de bem jurídico só pode desempenhar uma função limitadora do poder punitivo do Estado desde que se assuma como substancialmente vinculante para o legislador penal⁷⁶.

O tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, visa a proteção do bem jurídico, nomeadamente a liberdade e a auto determinação sexual.

Numa sociedade aberta e pluralista em que nos encontramos, há que ter em conta as diversas normas sociais que legitima a livre discussão dos problemas sociais. Logo não haver criminalização à conduta que se oponha à concepção da maioria ou ao modelo médio de comportamento, criminalizando-se apenas a estigmatização de um comportamento como criminoso das normas sociais em relação às quais exista um consenso limitado.

⁷⁶Idem, Pág. 98

É este o quadro que nos baseamos para pautar os critérios a levar em linha de conta para seleccionar os bens jurídicos dignos de protecção pelo direito penal sexual.

Numa sociedade demasiada ampla como a que se vive, temos a distinguir duas situações dentro da vida sexual, ou seja, a que se pratica livremente, prostituição voluntária, por obediência à liberdade sexual que por sua vez não constitui a protecção ao bem jurídico, e aquela em que a prática sexual provém por imposição económica, prostituição forçada, por engano, rapto, havendo neste caso necessidade de proteger o bem jurídico que se baseia na privação de liberdade e autodeterminação sexual.

Ou seja, a individualidade e a autonomia da pessoa adulta⁷⁷, bem como o máximo de liberdade que permite a sua auto realização, assume um valor social que lhe permite tomar decisões por si próprias e de assumir as respectivas consequências, nomeadamente com capacidade para determinar a sua própria vida, aqui o direito penal não se considera como limite da liberdade pessoal, mas como garante possibilitando a existência de condições sociais em que os cidadãos possam desenvolver livremente a sua personalidade, fornecendo assim uma justificação ética e jurídica da pena, não havendo aqui qualquer objecto de protecção jurídica.

Antes de mencionar as situações dignas de protecção jurídica em que se tem em conta o bem jurídico a tutelar, vou antes passar por algumas doutrinas de alguns países, designadamente, Alemã, Italiana e Espanhola, na forma como têm interpretado o direito penal positivo sexual.

Quanto aos autores Alemães⁷⁸, e após a passagem por várias reformas da lei penal onde ao longo do tempo a forma de considerar a tutela do bem jurídico também sofreu algumas modificações, chegados ao direito penal vigente, afirma que:

“a lei penal não tem como tarefa no domínio da sexualidade impõe um padrão moral aos cidadãos adultos, mas proteger a ordem social da comunidade de perturbações e danos graves”,

Referindo como bem jurídico “a garantia de liberdade numa relação de dependência, a protecção da juventude, a liberdade

⁷⁷Na opinião de Kant, pessoa adulta é aquela que é responsável, e capaz de tomar decisões por si própria.

⁷⁸NATSCHERADETZ, Karl Prelhaz, O Direito Penal Sexual, Conteúdo e Limites, Livraria Almedina, pág. 127

pessoal e económica da pessoa prostituída e vários tipos de perturbação não consentida provocadas por condutas sexuais”

Quanto à doutrina Italiana, refere que o objecto de direito é a castidade, referindo-a assim como em jurídico a tutelar, no sentido em que o legislador acentuou importância à liberdade sexual, entendendo como livre disposição do próprio corpo para fins sexuais, mas dentro dos limites fixados pelo direito e pelo costume social.

Quanto à Doutrina Espanhola refere que a categoria de bens jurídicos tutelados pelo direito penal sexual vigente é:

“A liberdade sexual, nos crimes de violação, estupro, abusos desonestos e de rapto com fins sexuais, a liberdade de determinação do comportamento sexual em relação a práticas de prostituição, a dignidade humana da pessoa, perante atitudes de exploração sexual e por fim, o sentimento de pudor sexual no crime de escândalo público”

E que o direito penal só deve intervir se a vítima for menor ou se houver emprego de violência ou coação, no caso de ser maior.

Quanto à doutrina Portuguesa, e na opinião de Costa Andrade, diz que só se deve criminalizar as práticas sexuais que colidam com a liberdade e autenticidade de expressão sexual, sendo assim descriminalizada aquelas práticas sexuais que ocorram livremente em privado e entre adultos.⁷⁹

Depois de observadas algumas doutrinas dos referidos países, conclui-se que o denominador comum do bem jurídico no direito penal sexual é a liberdade sexual, acentuando que este bem jurídico deve ser tutelado apenas nas práticas sexuais forçadas por coação, interesses económicos, rapto e engano, que é precisamente a condição para o qual o tema deste trabalho versa, em que as pessoas dão o seu consentimento para trabalhar em bares, creches, restaurantes ou outros, com promessas de irem ganhar muito dinheiro, e acabam por ser traficadas e conduzidas para a prática de exploração sexual e sem o vencimento prometido.

⁷⁹NATSCHERADETZ, Karl Prelhaz, O Direito Penal Sexual, Conteúdo e Limites, Livraria Almedina, pág. 138

Nesta situação o consentimento é irrelevante porque foram enganadas e exploradas, vendo assim o direito à sua auto determinação e liberdade sexual violado, digno de tutela jurídica.

2.5- AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRÁFICO

2.5.1- Recrutamento

As formas de recrutamento são tão diversas quanto os recrutadores.

É possível, encontrar denominador comum, tanto nas formas de ação como nas estratégias empregadas pelos traficantes. Em relação aos convites e o aliciamento, estes são executados por pessoas próximas da confiança das vítimas, como familiares, vizinhos, amigos, namorados ou outros, que pela posição que ocupam na sociedade, transmitem garantia e segurança, uma vez que o objectivo dos aliciadores é obter a confiança da vítima e agir através de da força e engano.⁸⁰

Os traficantes que se dedicam à prática do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, iniciam o seu percurso recrutando pessoas para o efeito, ou seja, escolhem as pessoas mais vulneráveis e fáceis de contratar, iniciando assim todo o seu processo.

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, o que por vezes recorrem à ameaça, à força, à coação, ao engano, bem como à promessa de altos ordenados, para assim obterem o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração.

Esta exploração inclui a exploração sexual, trabalho forçado ou serviços de escravidão, entre outros.

O consentimento acima descrito é irrelevante, quando é dado na convicção de que vão obter um emprego, ganhar um bom ordenado para fazer face a uma vida familiar melhor da que tinham antes.

O recrutamento, o transporte, o alojamento ou acolhimento para efeitos de exploração é considerado tráfico de pessoas

Os recrutadores estão inseridos em grupos criminosos e por vezes são pessoas da confiança das vítimas, familiares, vizinhos, amigos, ou pessoas que ocupam cargos na sociedade que lhes permite transmitir garantias de segurança, nomeadamente polícias,

⁸⁰SANTOS, 2008, pág. 39

militares, agentes de imigração, agentes de viagens, etc, que dada a sua posição social facilita o recrutamento das pessoas vulneráveis a aceitarem, através da persuasão ou do engano.

Vários estudos feitos a vítimas recrutadas nos países da Europa de Leste, para fins de exploração sexual, demonstram que o recrutamento pode ser feito através de falsas agências, de modelos de emprego que levam as mulheres a acreditar em propostas sedutoras de empregos, através de contacto pessoal, havendo uma minoria que é através da comunicação social, por anúncios publicados em jornais.

Outros estudos feitos no Brasil demonstram que há uma maior tendência para que os recrutadores sejam do sexo feminino e com idades mais elevadas que as vítimas, para assim poderem transmitir às vítimas uma maior credibilidade e autoridade que lhes garanta uma convicção de certeza nas promessas feitas.

Outros recrutadores podem ser antigas vítimas, que dados os conhecimentos obtidos pela experiência, quando voltam ao seu país, ali exercem a profissão de recrutadores.

Também as promessas de casamento são outro tipo de recrutadores, que após o casamento e depois de ganharem a confiança da esposa, a convence a imigrar, só que neste caso a recrutada para fins de exploração sexual, dá o seu consentimento porque desconhece que está a ser enganada.

Há casos, sobretudo em África e Ásia, onde muitas famílias vendem as suas filhas, não sabendo que o seu destino é a exploração sexual.

A forma mais comum de recrutamento são as redes de interconhecimentos, que são redes locais de conhecimentos, formadas por pessoas com conhecimentos ao nível cidade, localidades, bairro, que quanto maior forem os conhecimentos da localização de pessoas vulneráveis, devido a pobreza, desemprego, muitos filhos, mais fácil se torna o consentimento para imigrar para países de destino em busca de melhores condições de vida.

Também os orfanatos não escaparam aos olhos dos recrutadores, que por terem pessoas de desamparo total de uma família, tornam-se mais vulneráveis a qualquer promessa de melhores condições que aquelas em que se encontram, o que as levam a acreditar nas promessas dos recrutadores e a consentirem o recrutamento para outros

países. Estas jovens são aquelas que já estão perto de saírem da instituição, com idades entre os 15 e os 17 anos, que por vezes são os próprios funcionários a denunciarem tais saídas.

Por todas as formas de recrutamento, que por serem tão variadas, por vezes torna difícil o trabalho dos polícias na investigação, prevenção e descoberta dos traficantes de tais crimes.⁸¹

Os traficantes optam por retirar as pessoas do país de origem com o fim de inibi-las e sujeitá-las mais facilmente aos mais diversos modos de exploração.

O tráfico de pessoas é um delito que pode ocorrer dentro de um só país (tráfico interno), o que neste caso não se trata de um cruzamento entre fronteiras, e o ilícito cometido é um crime nacional, ou entre países (tráfico internacional), o que implica um cruzamento de fronteiras entre vários países e o crime praticado é necessariamente transnacional.

Ambos os crimes, tanto nacional como transnacional são graves, na medida em que, em qualquer dos casos, os traficantes preocupam-se em garantir o isolamento das vítimas.

O processo migratório é o percurso que vai desde a saída de uma pessoa do seu país de origem até à chegada da mesma ao país de destino onde aí se produzem os atos que se enlaçam na prática de ilícitos.

Mas o processo migratório não se fica só por ali, há outras condutas que são praticadas por traficantes no percurso entre o país de origem até ao local de destino, e que todas elas caracterizam o tráfico de pessoas, designadamente aquele que auxiliam na escolha e convencimento das vítimas, na falsificação de documentos falsos, na definição das rotas, no transporte, no alojamento, na identificação de possíveis pontos de destino para exploração das vítimas ou na sua própria comercialização, entre outras⁸².

Conforme refere o Protocolo de Palermo, no seu artigo 3º, al. a), define como tráfico de pessoas “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou acolhimento de pessoas...”

⁸¹SANTOS, Boaventura de Sousa, Conceição Gomes, Madalena Duarte, BAGANHA, Maria Ionnis, Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de Exploração Sexual, Coleção Estudos de Género

⁸²REIS, Priscila Martins, Dissertação de Mestrado, encontrado em <http://www.bibliotecodigital.ufmj.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD>

2.5.2- O transporte

Tal como no recrutamento, esta fase revela grande criatividade por parte dos traficantes, que empregam recursos legais e ilegais para levar as mulheres aos locais onde serão alvo de exploração sexual.

Findo o processo de recrutamento e já ter reunidas todas as mulheres para o efeito, chegou o momento de as transportar para o país de destino.

Transportar significa levar ou conduzir uma pessoa de um lugar para outro, que é o que fazem os traficantes, que depois de as recrutar as transportam para outros países.

O processo de transporte carece de grande criatividade por parte dos traficantes, tal como para o recrutamento, que sendo feito através de agências de viagem ou de agente dos serviços de migração, a viagem é feita por meios legais, conseguindo os vistos de estudantes, de turistas ou de trabalho temporário.

Outra forma de conseguir o transporte de mulheres por via legal, é na situação em que as agências de emprego ou de modelos as recruta, não havendo assim necessidade das mesmas serem acompanhadas na viagem, recorrendo os traficantes apenas a quem as recebe no país de destino, dando assim aí início à exploração das mesmas.

Quando não é possível recorrer a estes meios legais por qualquer motivo, os traficantes recorrem a profissionais (smuggler), mais propriamente contrabandistas, que conhecem rotas de passagem, ou corredores verdes, escondidas da polícia, conduzindo assim as mulheres vindas do país de origem, designadamente Rússia, Ucrânia, Roménia, Lituânia e Estónia até à Alemanha, onde ali são distribuídas pelos vários países da União Europeia, designadamente, Itália, Grécia, Bélgica, Áustria e França.

Outras rotas mais há com ligações diretas entre o país de origem e o de destino conhecidas pelos smuggler para transportar mulheres para o mesmo fim, ou seja como o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual é um flagelo mundial, logo haver muitas rotas de passagem para assim levar a cabo o transporte para os países de destino.

O transporte também pode ser por via rodoviária, ferroviária, portos aeroportos, mas neste caso é quando o tráfico é intercontinental e os traficantes tenham corrompido

tais meios de transporte, aqui as vítimas vão sempre acompanhadas dos traficantes, que nem sempre é o mesmo traficante que acompanha as mulheres em toda a viagem.

O país de trânsito é aquele que apenas serve de rota de passagem para o país de destino⁸³.

As vítimas de tráfico passam por muitos traficantes que as levam cada vez mais longe de seus países de origem.

As mulheres muitas vezes viajam através de vários países antes de chegarem ao seu destino final, por exemplo, uma mulher da Ucrânia pode ser vendida a um traficante na Turquia e este por sua vez a passa a outro traficante na Tailândia e ao longo do percurso fica confusa e desorientada.

Também uma forma de manter as mulheres muito tempo em cativeiro e sob o seu domínio é cobrar-lhes dívidas e obrigá-las a pagar grandes remunerações pelo seu recrutamento, transporte, estadia, alimentação ou outras, obrigando-as a permanecer muito tempo até pagarem tais dívidas.

As vítimas passam por várias etapas de degradação, tortura física e psicológica, por vezes privadas de comida e sono, não podendo andar livremente e são fisicamente torturadas

São estes os percursos que as vítimas têm que se sujeitar convictas que vão encontrar um emprego digno que lhes permita organizar a sua vida, acabando por se meterem numa situação pior à que viviam antes.

⁸³SANTOS, Boaventura de Sousa, Conceição Gomes, Madalena Duarte, BAGANHA, Maria Ionnis, Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de Exploração Sexual, Coleção Estudos de Género, pág. 43

2.5.3- FORMAS DE CONTROLO

Findo todo o processo que teve início no recrutamento, chegou o momento de transportar as mulheres para a sua estadia e/ou local de trabalho no país de destino para onde vão permanecer e exercer a sua profissão na exploração sexual ou indústria do sexo.

O local para onde as vítimas vão exercer a sua atividade é muito importantes, por ser o centro atrativo da indústria do sexo onde os clientes recorrem para satisfazer o seu desejo **librido**.

Os clientes são homens que comprem a mulher que lhes convém para se servirem dela sexualmente, durante o tempo que também lhes interessam, onde pagam um preço muito alto ao bordel pelo trabalho por elas fornecido.

Os clientes têm preferência, tanto na idade, como no corpo e na beleza da mulher, daí haver um controlo na idade das mulheres recrutadas, que vai desde os 15 aos 35 anos em média.

Quanto mais novas são as raparigas ou mulheres mais alto será o preço pago ao bordel pelo cliente na indústria do sexo, e mais rendimento dá ao bordel.

Na indústria do sexo, bem como em todas as outras indústrias, a procura determina a oferta, assim os clientes ou aqueles que comprem serviços sexuais, designadamente pornografia infantil, vídeos ou outros, são uma parte importante na indústria onde pessoas de todos os géneros pagam por serviços sexuais.

Além das vítimas exercerem uma atividade para a qual não deram o consentimento, ainda estão sujeitas a controlo por parte dos seus exploradores, nomeadamente chantagem, intimidação, ameaça e violência física e psicológica, de modo a que se submetam a tudo o que lhe fora ordenado.

Outra forma de controlo a que as vítimas estão sujeitas, é obrigá-las a manterem-se em cativeiro, privadas de qualquer liberdade, em silêncio para não haver qualquer perigo de fuga ou divulgação, o que para isso as ameaçam de fazerem mal, tanto a seus filhos como aos familiares.

Por vezes, quando a vítima já está nas mãos do traficante, este retira-lhes o passaporte e outros documentos oficiais, diz-lhe que se encontra no país de destino ilegalmente, aumentando assim a dependência nas suas mãos e não poderem fugir.

Há redes que exercem o controlo sobre as vítimas, mas pela intimidação e ameaça que pela violência física, que é quando exigem às vítimas o pagamento, tanto da viagem como a sua estadia a um preço muito alto que o real, e ainda alimentação ou multas por violação de regras impostas pelos exploradores.

Também a vítima do sexo não permanece muito tempo no mesmo local de trabalho, para não criar amizade com algum cliente ou outra pessoa local, bem como não podem contactar a família ou amigos.

Durante a execução das práticas sexuais, as vítimas são obrigadas a cumprir com todas as práticas exigidas pelos clientes, não usar preservativo, a manterem sempre a atividade ativa, sem que para tal tenham que ser obrigadas, e sendo que por vezes servem cerca de 30 homens por dia.

O tráfico do sexo tem um efeito mental, emocional para as mulheres traficadas, que além do abuso físico sofrem extremo stress emocional, incluindo vergonha, medo, desconfiança e pensamentos suicida.

Por vezes sofrem de distúrbios pós-traumáticos de stress, ansiedade aguda, depressão e insónias levando-as até ao caminho da droga e do álcool para minimizar a dor.

As vítimas passam por várias etapas de degradação, tortura física e psicológica, por vezes privadas de comida de sono, não podendo andar livremente e são fisicamente torturadas.

2.5.4- FINALIDADE E LUCRO

Quando as pessoas agem, se comportam de certa maneira, elas agem sempre com uma certa finalidade, ou seja, a ação humana é sempre uma ação final, é sempre uma ação que as pessoas desenvolvem com um certo objectivo⁸⁴.

O fenómeno do tráfico, de uma forma geral, só pode ser concebido quando está presente uma vantagem económica. Esta é que é a finalidade do delito.

A vantagem económica inclui qualquer benefício que possa representar expressão económica, dinheiro, bens ou favores, que para obter esta vantagem tem que existir o elemento dolo.⁸⁵

O elemento dolo é a intenção que a pessoa tem quando pratica uma certa ação que corresponde a um crime, é o elemento essencial da própria ação, da ação proibida pelo direito penal, isto é, da ação que uma pessoa desenvolve para atingir uma certa finalidade, de obter uma vantagem patrimonial.

O dolo é o elemento subjetivo que consiste em a pessoa ter conhecimento que está a traficar pessoas e ter a vontade de o fazer, isto é, corresponde ao conhecimento e vontade de praticar um certo ato que é tipificado na lei como crime.⁸⁶

Nos termos do artigo 231º, nº 1 do Código Penal menciona “quem com intenção de obter, para si ou para outra pessoa, vantagem patrimonial (...), é punido com pena de prisão até cinco anos ou com pena multa até 600 dias”

Hoje o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual aparece como uma das atividades mais lucrativas das organizações criminosas, ao lado do tráfico de armas e de droga.

⁸⁴BELEZA, Teresa Pizarro, Direito Penal, 2º Volume, Aafdl

⁸⁵RODRIGUES, Thais de Camargo, o Tráfico Internacional de Pessoas para Fins de Exploração Sexual e a Questão do Consentimento, Universidade de S. Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo 2012, encontrado em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-30102012

⁸⁶BELEZA, Teresa Pizarro, Direito Penal, 2º Volume, Aafdl, pág. 180

2.5.5- AS ROTAS NO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Na base de dados do IEEI estão identificadas 37 rotas diferentes do tráfico de seres humanos para, por e de Portugal com origem a diversos continentes.

As rotas com maior número de vítimas são as da Nigéria-Espanha-Portugal, Nigéria-Portugal, Portugal-Espanha, Tailândia-Portugal, Bulgária-Portugal, Brasil-Portugal e Gana-Portugal.

As rotas identificadas incluem 12 rotas diretas e 25 rotas indiretas, sendo que, as rotas diretas são as que transportam as vítimas de seus países de origem para os países de destino e as rotas indiretas são as que transportam as vítimas do seu país de destino para o país de trânsito e deste para o país de destino.

As rotas diretas envolvem tráfico intercontinental, intracontinental e transfronteiriço.

O circuito das rotas indiretas envolve quase exclusivamente os países do Sul da Europa.

As rotas podem ser por via terrestres, marítima, aéreas ou mistas (terrestres e marítimas).

Na exploração sexual predominam as rotas indiretas.⁸⁷

⁸⁷GNR, Tráfico de Seres Humanos de 20/03/2014, encontrado em [Http://www.migrantes.org.br/fenomenomigratorio/doc](http://www.migrantes.org.br/fenomenomigratorio/doc)

2.5.6- CASOS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS SINALIZADOS EM PORTUGAL

Mulheres e crianças são os dois grupos mais vulneráveis ao tráfico de seres humanos, um crime transnacional cometido por redes difíceis de dismantelar, cujo combate se assinala hoje na forma do dia internacional.

Desde 2007 que Portugal tem o Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, um instrumento estratégico e global de combate a este crime, e desde 2008 o Observatório do Tráfico de Seres Humanos, que tem como missão, recolher, tratar e difundir informações sobre tráfico de pessoas e formas diversas de violência de género

Para o combate a este crime, é necessário uma intervenção articulada entre os diversos países, através de prevenção, repressão e mecanismos de apoio às vítimas.

Portugal sinalizou desde 2008, um total de 231 casos de tráfico de seres humanos.⁸⁸

Cerca de 90% destes casos foram denunciados pelas próprias vítimas, que são maioritariamente mulheres, na casa dos 30 anos, solteiras, de nacionalidade estrangeira, oriundas do Brasil e de outros países, e em dois terços das situações, sem autorização de residência no país.

Segundo informação dada por Manuel Albano⁸⁹, que vigora em Portugal desde 2008 um sistema de motorização dos casos de tráfico de seres humanos, no âmbito de esforços articulados pelas autoridades para ajudar a travar este flagelo, incluindo esta medida um pacote de ações que permitem colocar Portugal na frente do combate a esta prática, segundo afirmou Manuel Albano.

Mais referiu que no ano de 2007, 84 pessoas foram sinalizadas em Portugal como eventuais vítimas de tráfico de seres humanos, sendo que a maioria são mulheres estrangeiras para fins de exploração sexual, e os agressores são homens na casa dos 30

⁸⁸BASTOS, Ana Raquel, GNR, Tráfico de Seres Humanos de 20/03/2014, encontrado em <http://www.migrantes.org.br/fenomenomigratorio> doc

⁸⁹Coordenador e relator nacional para o tráfico de seres humanos

anos, de nacionalidade portuguesa, que na maioria trabalham em parceria com agressores de outras nacionalidades, normalmente brasileiros ou romenos.

Segundo refere (Santos, 2008)⁹⁰ que o crime de tráfico sexual em Portugal é praticado por grupos com uma estrutura menos pesada e quase artesanal comparada com os grupos como as máfias de Leste que atuaram em Portugal nos finais da década de 90 e princípios dos anos 2000.

Referindo ainda que nestas máfias existe o envolvimento de Portugueses, que na maioria dos casos assumem o papel de donos dos estabelecimentos, coordenando as atividades e os lucros delas resultantes.

De acordo com os dados apresentados pelo Diretor Nacional do SEF o número de estrangeiros residentes em Portugal aumentou no ano de 2008 em 3,3 por cento para 454191.

O Brasil continua a ser o país de origem da maior parte dos imigrantes, seguindo-se a Ucrânia, Cabo Verde, Roménia, Guiné e Moldávia.

A distribuição geográfica dos imigrantes em Portugal, há uma certa tendência de concentração nos distritos do litoral, cerca de 73% são distribuídos entre Lisboa, Faro e Setúbal.

Seguindo as estatísticas sobre a população estrangeira indica que durante o ano de 2008 houve um aumento nas fiscalizações e investigações.

As autoridades internacionais estimam que haja em todo o mundo 27 milhões de vítimas de tráfico de pessoas, incluindo escravidão, trabalhos forçados, exploração sexual e servidão voluntária.

Segundo a Organização Internacional das Migrações (OIM), organismo que luta contra o tráfico de seres humanos, refere que desde o ano de 1994, o número de vítimas de exploração sexual tem vindo a aumentar.

A OIM em 2012 promoveu mais de 900 projetos em cerca de 100 países, prestou assistência direta a 6.499 vítimas de 89 nacionalidades diferentes, e ajudou mais de 20.000 migrantes vítimas de exploração, em todo o mundo.

⁹⁰SANTOS, Boaventura Sousa, Conceição Gomes, Madalena Duarte e Maria Ionnis Baganha, no livro Tráfico de mulheres em Portugal para Fins de Exploração Sexual

Para promover a contratação legal e ética de trabalhadores para trabalharem na área deste crime na redução e combate da exploração de imigrantes e de trabalho forçado, a OIM patrocinou a criação de um consórcio internacional, o Sistema Internacional de Recrutamento Ético (IRIS), que pretende estabelecer um processo de seleção e normas de contrato justo.⁹¹

⁹¹Casos de tráfico de seres humanos encontrados em Portugal, em www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=139438

3- DISTINÇÃO ENTRE O TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E O AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL

O tráfico de seres humanos, tem vindo a ser, nos últimos anos uma violação dos direitos humanos à escala global, já no que diz respeito ao auxílio à imigração ilegal é concebida como um processo de mobilidade geográfica de pessoas, no âmbito nacional ou internacional, podendo querer imigrar livremente ou forçados devido a necessidade de sobrevivência e inexistência de soluções alternativas.

Em relação ao regime jurídico que as regula, o tráfico de pessoas é definido de acordo com a redação dada pela Lei nº 60/2013, de 23 de Agosto⁹², que alterou o artigo 160º do CP, onde se introduzem alterações à redação de 2007⁹³, nomeadamente a mendicância como finalidade do tráfico e ao referir no seu nº 8, que o consentimento da vítima não exclui em caso algum a ilicitude do facto.

Assim o tráfico de pessoas é diferente do auxílio à imigração ilegal, que de acordo com o artigo 183º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, com as diversas alterações introduzidas, designadamente a Lei n.º 29/2012 de 29 de Agosto, que alterou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros no Território Nacional, diz respeito ao processo de favorecimento ou de facilitação da entrada, trânsito

⁹²Encontrado em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1973&tabela=leis

⁹³1 - Quem oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoas para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicância, a escravidão, a extração de órgãos ou a extração de outras atividades criminosas.

2 - A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, recrutar, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicância, a escravidão, a exploração de órgãos, a adoção ou a exploração de outras atividades criminosas.

4 - As penas previstas nos números anteriores são agravadas de um terço, nos seus limites mínimos e máximos, se a conduta neles referida:

- a)- Tiver colocado em perigo a vida da vítima;
- b)- Tiver sido cometida com especial violência ou tenha causado à vítimas danos particularmente graves;
- c)- Tiver sido cometida por um funcionário no exercício das suas funções;
- d)- Tiver sido cometida no quadro de uma associação criminosa; ou
- e)- Tiver como resultado o suicídio da vítima.

8- O consentimento da vítima dos crimes previstos dos números anteriores não inclui em caso algum a ilicitude do facto”.

ou permanência ilegal de pessoas estrangeiras em território nacional, quer exista ou não intenção lucrativa subjacente, mas no caso de esta existir há um agravamento da pena de prisão prevista para um até cinco anos.

Enquanto no tráfico o objecto principal reside precisamente no processo de exploração, apresentando-se assim os imigrantes uma volição voluntária face à entrada ilegal num determinado país, pois serão os traficantes que lhes tratam da sua legalidade, ainda que, por vezes, com documentos falsos, por lhes interessar e bem assim aos intermediários, não implicando contudo o consentimento, que por vezes este consentimento é dado sob determinadas condições, as quais nem sempre acabam por se verificar.⁹⁴

Ainda esta fonte menciona que quanto ao tráfico, o “Australian Institute of Criminology” (2008) salienta que

“A questão do consentimento é, com frequência, ambígua, dado que as vítimas poderão prestar o seu consentimento inicial para a movimentação ou mesmo para o exercício de determinada atividade nos locais de destino, mas os termos que subjazem a esse consentimento são, geralmente, fraudulentos ou coercivos, tornando-o irrelevante.”

Para se poder diferenciar o tráfico de migrantes ilegais com tráfico de pessoas para fins de exploração, temos a considerar dois protocolos:

O Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao combate ao **Tráfico de Migrantes**⁹⁵ por via terrestre, marítima e aérea⁹⁶; e

Protocolo adicional à Convenção Das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à prevenção, repressão e punição do **Tráfico de Pessoas**, em especial de mulheres e crianças⁹⁷, mais propriamente o Protocolo de Palermo.

⁹⁴ RAQUEL MATOS, Género, Nacionalidades e Reclusão, Olhares Cruzados Sobre a migração e Reclusão Feminina em Portugal, Universidade Católica, Porto Editora, Pág. 22

⁹⁵Este tráfico de migrantes é também conhecido como contrabando de migrantes ou Smugling of migrants.

⁹⁶Promulgado pelo Dec. Nº 5,017, de 12 de Março de 2004 que entrou em vigor internacionalmente em 29/9/2003.

⁹⁷Idem

O protocolo relativo ao Tráfico de Migrantes, no seu artigo 3º define o tráfico de migrantes como:

“a) A expressão "tráfico de migrantes" significa a promoção, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não seja nacional ou residente permanente;

b) A expressão "entrada ilegal" significa a passagem de fronteiras sem preencher os requisitos necessários para a entrada legal no Estado de acolhimento.

c) A expressão "documento de viagem ou de identidade fraudulento" significa qualquer documento de viagem ou de identificação:

(i) Que tenha sido falsificado ou alterado de forma substancial por uma pessoa ou uma entidade que não esteja legalmente autorizada a fazer ou emitir documentos de viagem ou de identidade em nome de um Estado; ou

(ii) Que tenha sido emitido ou obtido de forma irregular, através de falsas declarações, corrupção ou coação ou qualquer outro meio ilícito; ou

(iii) Que seja utilizado por uma pessoa que não seja seu titular legítimo;

d) O termo "navio" significa todo o tipo de embarcação, incluindo embarcações sem calado e hidroaviões, utilizados ou que possam ser utilizados como meio de transporte sobre a água, com exceção dos vasos de guerra, navios auxiliares da armada ou outras embarcações pertencentes a um Governo ou por ele exploradas, desde que sejam utilizadas exclusivamente por um serviço público não comercial.”

O Protocolo de Palermo, no seu artigo 3º, define o tráfico de pessoas como:

- a) “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;
- b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente artigo, deverá ser considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);
- c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente artigo;
- d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos.

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM)⁹⁸, o tráfico de pessoas previsto no Protocolo de Palermo é um processo de coação e exploração que se inicia com o recrutamento da pessoa do seu país de origem e continua com a exploração nos locais de trânsito e de destino.

Conforme se verifica em ambos os protocolos, existem distinções entre o tráfico de pessoas para fins de exploração e o tráfico ou contrabando de migrantes, o que passo a traçar algumas delas:

Quanto à finalidade, no tráfico de pessoas está sempre presente a exploração de qualquer natureza, que tem como objectivo ganhar dinheiro com a pessoas traficada, transformando-a em objecto que pode ser comercializada e explorada, enquanto no caso de tráfico de migrantes a intenção é apenas promover a entrada de forma ilegal em determinado país, mediante uma contrapartida financeira. O produto obtido no tráfico de pessoas é contínuo e advém da exploração, enquanto o produto obtido do tráfico de migrantes encerra-se com uma transação.

Distinção entre vítimas, enquanto que a vítima do tráfico de pessoas para fins de exploração, a pessoa que é traficada, que de acordo com o Protocolo de Palermo, nos seus artigos 6º e 8º, que dizem respeito à proteção das vítimas desse crime, nomeadamente o artigo 6º em que protege a privacidade e a identidade das vítimas de tráfico de pessoas nos processos judiciais relativos ao crime de tráfico, alojamento adequado, aconselhamento e informação quanto aos direitos que a lei lhe confere, assistência médica e psicológica, oportunidade de emprego, educação e formação.

⁹⁸Disponível em http://www.oimconosur.org/varios/index.php?url=trata_que.

Quanto ao artigo 8º, que diz respeito ao repatriamento das vítimas, o qual deve ser feito tendo em conta a segurança da vítima e o seu regresso sem demora ou injustificada.

Ainda o presente artigo não prejudica os direitos reconhecidos às vítimas de tráfico de pessoas por força de qualquer disposição do direito interno do Estado Parte de acolhimento.

A forma de proteger os seus direitos individuais consiste na colocação destes imigrantes em casas de proteção, como é o caso por exemplo do Centro de Instalação Temporária, que tem a sua sede no Porto e destina-se a acolher cidadãos estrangeiros que, na sequência de recusa da sua entrada no território nacional, precisam de um lugar de acolhimento, enquanto aguardam pelo seu repatriamento.⁹⁹

Quanto ao destino, no tráfico de pessoas, o destino pode ser internacional ou nacional, enquanto no tráfico à imigração ilegal o destino é sempre transnacional, uma vez que se destinam à entrada ilegal de uma pessoa para um país que não é o seu país de origem.

Na proposta do Plano Global da Luta contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos reconhece-se que as entradas ilegais nos países de destino são, cada vez mais organizadas por intermediários.¹⁰⁰

O Comissário responsável pela Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino declarou:

"A luta contra o tráfico de seres humanos e contra a imigração clandestina só pode ser eficaz se estabelecermos objectivos e instrumentos jurídico/administrativos a nível da União. Os criminosos que praticam estes atos odiosos estão organizados em redes transnacionais e não podemos permitir que tirem partido das diferenças ou das lacunas existentes nas legislações nacionais para se subtraírem à justiça."

Para melhor clarificar estes dois conceitos vou assinalar os pontos que unem e os que diferem.

Semelhanças:

⁹⁹Disponível em www.rtp.pt/noticias/pais/centro-de-acolhimento-a...

¹⁰⁰European Commission-Pressreleases-Press, encontrado em Europa.En/rapid-release_ip-02-224_pt.htm

- Frequente movimento voluntário dos migrantes;
- exposição a situações de desconforto e perigo durante longas viagens;
- estatuto de ilegalidade no país de destino – situação de vulnerabilidade dos migrantes – aumento do risco de exploração (que não reporta ao momento e passagem da fronteira que normalmente é efectuado de forma legal).

- Factores básicos comuns para a sua expansão: a) pobreza e falta de oportunidades; b) fronteiras menos controladas em algumas regiões; c) internacionalização da economia e globalização; d) avanço nos transportes e vias e comunicação; e) crescimento do crime organizado.

Diferenças:

- Tipo de Crime TSH considerado como crime contra as pessoas enquanto o auxílio à imigração ilegal é considerado um crime contra o Estado;

- Consentimento: Auxílio à imigração ilegal: fá-lo sempre voluntariamente (não há vítima); TSH: neste caso pode haver engano, acção ou rapto(há vítima);

t • Liberdade da vítima: Auxílio à imigração ilegal: relação entre traficante e traficado termina com a chegada ao país de destino. TSH: traficado colocado em situação de exploração, por período longo de tempo, em condições que desconhecia à partida.

- Pagamento efectuado: Auxílio à imigração ilegal: imigrantes pagam à partida o serviço de transporte e acolhimento no país de origem; TSH: relação de dependência traficantes/traficados, pequena percentagem paga inicialmente a traficantes que cobram a estante dívida através do prolongamento a exploração.

- Objectivo do recrutamento: TSH: possível recrutamento dos traficados para actividades criminosas

- Estrutura organizativa dos agentes: Auxílio à imigração ilegal: actos podem ser praticados por uma pessoa ou estrutura simples; TSH: Normalmente organização mais bem estruturada que cobre vários aspectos do processo.

4- EM BUSCA DE REFFLEXÕES PARA O TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

O tráfico de seres humanos é um crime que tem contornos eventualmente internacionais, embora não se esgote apenas nestes contornos, porque também pode assumir características a nível nacional, o que tem vindo a preocupar os Governos e a consertar esses contornos através da implementação, por um lado de disposições legais e pelo outro, pela preparação e formação de agentes técnicos com especialidade para o combate deste crime de tráfico, tanto a nível nacional como em cooperação a nível internacional.

Com a disseminação do tráfico à escala global, a sua crescente complexificação e sofisticação tem levado a que vários países criem ou aperfeiçoem os seus quadros legislativos sobre o crime de tráfico de pessoas, em especial de mulheres para fins de exploração sexual, promovendo conferências internacionais, acordos bilaterais e ratificação de convenções internacionais existentes.

Também as Organizações Não Governamentais foram solidárias a prestar auxílio às vítimas deste crime, dedicando o seu trabalho ao combate a este fenómeno, atuando numa rede cada vez mais global de cooperação, ajudaram as mulheres traficadas de algumas práticas no combate ao tráfico¹⁰¹.

Este ponto em destaque para mim é um dos que mais impacto tem no combate a este tipo de crime, pois os Governos não devem ficar deitados sobre a legislação anterior, pois os traficantes cada vez mais se munem de estratégias tecnológicas para conseguirem os seus objectivos, havendo assim necessidade de um acompanhamento tecnológico actualizado para os combater.

¹⁰¹ SANTOS, 2007, Pág. 40

4.1- O PAPEL DOS GOVERNOS

O carácter transnacional que o crime de tráfico de pessoas se encontra mergulhado, exige medidas nacionais que não sejam levadas a cabo isoladamente.

A natureza do tráfico de pessoas obriga a que os vários países cooperem, tanto a nível de acção como a nível de harmonização legislativa, para assim evitar que os traficantes se apoderem do vazio legal de alguns países, designadamente Europa Central e de Leste e ainda da região do Mekong, na Ásia¹⁰².

A estratégia que os Governos mais se devem munir e que mais eficácia tem no combate ao tráfico, é a produção e reforço de legislação referente ao fenómeno, uma vez que, apesar de existir imensa produção de convenções e declarações internacionais, a preocupação com a gravidade do tráfico ainda não se reflectiu na legislação de vários países, nomeadamente Europa de Leste e Central, em que o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual não é considerado crime

Mas a legislação *per se*, não consegue combater na integra este tipo de crime, se não for acompanhado de meios e instrumentos que viabilizem a sua efectivação na prática.

Os vários meios e instrumentos, são designadamente, a formação necessária e adequada para polícias e agentes dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras para poderem lidar com situações de tráfico;

A cooperação a nível internacional entre agentes, órgãos jurisdicionais, e organizações especializados no fenómeno do crime organizado;

Na questão de migração, deve-se focar mais sobre o controlo dos fluxos migratórios do que nos direitos humanos;

Lançamento de campanhas de informação que elucidam a gravidade do crime e para que as mulheres com idades entre os 18 anos e os 35 anos que viajam para o estrangeiro tenham cuidado com os traficantes.

¹⁰² Área situada na China, Tailândia, Vietname, Camboja, Birmânia, locais onde o tráfico de mulheres está mais presenye – Santos 2007, pág, 41

Há muitos países cujas leis não permitem que as vítimas sejam protegidas, auxiliadas ou até institucionalizadas em instituições de auxílio, mas que obrigam à sua deportação imediata para o seu país de origem¹⁰³. Mas esta política não favorece a investigação através do seu testemunho, o qual é muito importante para ajudar a encontrar os traficantes.

Apesar dos recursos humanos por vezes serem escassos para se concretizar uma boa investigação, existem Organizações não-governamentais, (ONGs), espalhadas por todo o mundo, que vêm há alguns anos a combater o tráfico de pessoas, bem como a prestar ajuda às vítimas desse flagelo.

As ONGs são instituições criadas sem ajuda ou vínculos por parte do Governo, geralmente de fundo social e sem fins lucrativos. Elas caracterizam-se por ações de solidariedade social nas políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em favor de populações excluídas das condições da cidadania.

O surgimento dessas organizações, deu-se pelo motivo da ineficiência dos Governos e do poder público em geral, para suprirem todas as necessidades da sociedade. Essas organizações constituem importantes alternativas para sistematizar a sociedade como um todo, pois promovem ações sociais, culturais, assistenciais, entre outras.

Por fazerem parte de movimentos sociais, elas apenas podem atuar ao nível do auxílio às vítimas ou ter ainda um papel preponderante quanto à prevenção e consciencialização do público em geral sobre o fenómeno.¹⁰⁴

Também a Organização Internacional do Trabalho, mais propriamente a Convenção nº 29 de 28 de Junho de 1930, que se debruçou sobre o trabalho forçado, a convenção

¹⁰³ SANTOS, 2007, pág. 42

¹⁰⁴ Encontrado em www.significado.com/br/orgns/

nº105 de 21 de Junho de 1957, que tinha como programa a abolição do trabalho forçado e a Convenção nº 143 da OIT, que se debruçou sobre as migrações em condições abusivas e à promoção da igualdade de oportunidade e de tratamento dos trabalhadores migrantes, em que todas se interessaram por esta temática¹⁰⁵.

Existiu igualmente no âmbito das instituições europeias, uma preocupação no que concerne ao combate ao tráfico de pessoas, em particular de mulheres. Em que se destaca a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, assinada em Roma em 4 de Novembro de 1950, que o tráfico de pessoas tem estado nas agendas do Conselho da Europa, tendo-se verificado esta preocupação com a aprovação de várias recomendações baseadas neste tema.

Em 2005 surge a convenção sobre a luta contra o tráfico de seres humanos, onde a ideia principal é haver um consenso entre os diversos instrumentos legislativos para combater este tipo de crime.

Da mesma forma a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, também tem desempenhado um grande papel no combate ao tráfico de seres humanos, designadamente na Decisão nº 557 de Julho de 2003, que tinha como principal objectivo assegurar e fornecer aos Estados-Parte um conjunto de meios para que possam cumprir as suas obrigações no combate a este flagelo.¹⁰⁶

Apesar de haver preocupação no combate a este tipo de crime, tanto por parte dos Governos Nacionais, como nas instâncias internacionais, não esquecendo as instituições espalhadas por todo o mundo, o certo é que ainda não se conseguiu erradicar na totalidade, o que será impossível, dado é um negócio muito rentável e os traficantes munem-se cada vez mais de estratégias para fugirem ao seu controlo e investigação, tanto dos Governos como dos Órgãos de Polícia Criminal, e ainda por existir uma certa falta de recursos, nomeadamente económicos, para poder combater as estratégias usadas pelos traficantes.

¹⁰⁵SANTOS, Boaventura de Sousa, Conceição Gomes, Madalena Duarte, BAGANHA, Maria Ionnis, Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de Exploração Sexual, Colecção Estudos de Género, pág. 57.

¹⁰⁶Idem, fls. 58

4.2- O DISCURSO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Pode-se dizer que os migrantes em geral se encontram mais fortemente em condições de vulnerabilidade em relação aos nacionais do país de destino, na medida em que estão mais propensos a sofrerem violações dos seus direitos, por serem transferidos para outros países e aí terem as suas possibilidades de resistência reduzidas, devido a diversos factores, tais como diferente cultura e língua, quebra das redes de interação social, o desconhecimento dos seus direitos ou mecanismos de denúncia local, afastamento geográfico que lhes dificulta a fuga, entre outros.¹⁰⁷

As mulheres vítimas de tráfico carregam um forte estigma social, vendo os seus direitos civis e humanos a serem frequentemente violados¹⁰⁸, porque são frequentemente sujeitas a deportações, detenções, exames médicos obrigatórios, reabilitações morais, castigos físicos, violações, etc.. São poucos os países em que as mulheres que se prostituem são efectivamente protegidas por lei.

Por as mulheres não se encontrarem numa categoria homogénea, leva a que as Nações Unidas e os Governos se preocupem com o problema, no entanto a violência contra as mulheres na última década, nomeadamente a violação sexual, a prostituição forçada e o tráfico, persistem e com tendência para aumentar.

Para proteger e prestar assistência às vítimas do tráfico humano e ajudá-las a recuperar todo e qualquer dano sofrido, a legislação da União Europeia concede-lhes diversos direitos, assistência jurídica, cuidados médicos, residência temporária, entre outros.

A resolução do problema do tráfico de seres humanos é uma prioridade para a União Europeia e para os Estados Membros, visto reconhecerem a natureza específica do tráfico em termos de género, centrarem na vítima e nos seus direitos humanos, uma abordagem sensível à situação das crianças, e à necessidade de haver uma acção coordenada e multidisciplinar.

¹⁰⁷REIS, Piscila Martins, Dissertação de Mestrado, encontrado em
[/www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/bandle/1843/BUBD](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/bandle/1843/BUBD)

¹⁰⁸ Anderson e Davidson, eoo2, pág. 2002

É essencial que as vítimas de tal crime tenham conhecimento de todos os seus direitos, nomeadamente direitos de assistência, de cuidados de saúde, laborais, acesso à justiça, a ter direito a um advogado para as defenderem e à possibilidade de requererem indemnização.

Além dos instrumentos legislativos de carácter geral para a proteção dos direitos humanos, nomeadamente a Declaração dos Direitos do Homem e o Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos, a ONU adoptou um conjunto de convenções, planos de acção e resoluções, para prevenir e combater este crime, todos reunidos no Acordo Internacional de 18 de Maio de 1904, alterado pelo Protocolo de 2 de Dezembro de 1948¹⁰⁹, para a supressão do tráfico de brancas, que no artigo 1º consagra a punição de:

Nº 1 “Quem alicie, atraia ou desvie, com vista à prostituição uma outra pessoa, mesmo com o acordo desta;

Nº 2 “Explore a prostituição de uma outra pessoa, mesmo com o seu consentimento”

A União Europeia também se preocupou em combater o tráfico de seres humanos, considerando este flagelo uma prioridade na sua agenda política, no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos, designadamente quando em 1996 fez a primeira comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, através da Comunicação nº 567 sendo que a partir de então se começaram a criar instrumentos legislativos para prevenir, impedir e combater o tráfico de mulheres.

Também a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa não ficou alheia ao fenómeno, tendo desempenhado um papel importante no seu combate, através da criação de um Plano de Ação através da Decisão nº 557, de Julho de 2003, cujo principal objectivo era assegurar e fornecer aos Estados-Parte um conjunto de meios para combater tal flagelo.¹¹⁰

¹⁰⁹ Encontrado on line em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_9/IIIPAG3_9_6.htm

¹¹⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa, Conceição Gomes, Madalena Duarte, BAGANHA, Maria Ionnis, Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de Exploração Sexual, Colecção Estudos de Género, pág. 57

4.2.1.- PROTECÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

A protecção legal que se atribui à dignidade humana refere-se ao diploma da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada pela resolução nº 217-A da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1948.¹¹¹

A presente declaração é um documento marco na história dos direitos humanos, com o efeito de reconhecimento da dignidade a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis, que é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo

E no seu preâmbulo refere que “A Declaração foi proclamada como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações e, estabelece, pela primeira vez, a protecção universal dos direitos humanos”

Esta Declaração foi subscrita logo após o término da Segunda Guerra Mundial, constituindo-se assim um documento histórico que proclama o ideal comum a ser atingido para todos os povos e todas as nações.¹

Dentro de todos os preceitos estabelecidos na referida declaração, vou mencionar os que mais valorizam os direitos humanos, designadamente consagram:

Artigo 1º “que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direito;

Artigo 2º “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamadas na presente declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra situação...”

Artigo 3º “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”

Artigo 4º “Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão a escravidão ou a trato de escravos sob todas as formas...”

Artigo 13º. “Todas as pessoas têm o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um estado”.

Foi a partir desta declaração de 1948 que se iniciou o processo da universalidade dos direitos humanos.

A partir daquela data outros diplomas foram criados, convenções internacionais com o propósito de aperfeiçoarem o conjunto de normas tutelares de tal natureza, pois o

¹¹¹ Encontrada em www.compromisso.org.br/declaração-universal-dos-direitos-humanos

mundo de hoje globalizado envolve muitos aspectos que torna a defesa dos direitos humanos uma actividade extremamente complexa, multidimensional e totalmente dependente de cooperação internacional mútua, levada a efeito por organismos internacionais que se dedicam à protecção da dignidade humana.

No caso em apreço a convenção criada foi a Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional, composto pelos seus três protocolos, designadamente:

1º O Protocolo de Combate ao Tráfico de Migrantes por via terrestre, marítima e aérea;

2º Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças;

3º Protocolo Contra a Fabricação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas peças e componentes e munições.

Esta Convenção foi recebida pelo Decreto Presidencial 5,015, de 12 de Março de 2004¹¹² contra o crime organizado transnacional, que no seu artigo 1º consagra o objectivo, “que consiste em promover a cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada”

Os direitos humanos estão constantemente a ser violados por grupos organizados de pessoas que teimam em desprezar os valores éticos, morais, legais e religiosos, constituindo assim a criminalidade organizada¹¹³.

Estas organizações criminosas nacionais ou internacionais regem-se pelo princípio da obtenção de lucro ilícito, daí estar sempre presente no tráfico de drogas, no contrabando de mercadorias, e de armas, nas fraudes financeiras e tributárias, no tráfico de pessoas, entre outros.

É de todo sabido que os grupos criminosos não medem consequências para atingirem os seus fins lucrativos, daí a dignidade humana ser algo descartável destituída de um mínimo de respeito.

Hoje a ofensa aos direitos humanos representa uma página triste, não só na nossa história como também foi sentida em todo o mundo, mais propriamente na Europa, onde longas guerras e conflitos geraram miséria e sofrimento, obrigando as mulheres originárias das regiões sofridos, a serem traficadas e submetidas à prostituição, por grupos que integram a criminalidade organizada internacional, sendo o crime denominado por tráfico

¹¹² Encontrado em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004.../2004/decretod5017.htm

¹¹³ JOÃO DAVIN, a Criminalidade Organizada Transnacional, a Cooperação Judiciária e Policial na U.E., 2ª edição, Almedina, pág.97

de pessoas para fins de exploração sexual, típica modalidade de ofensa à dignidade humana, produzindo altíssima rentabilidade ilícita às organizações criminosas¹¹⁴.

Para o desenvolvimento desta actividade são visíveis factores que frequentemente contribuem para o tráfico de pessoas, dos quais se identificam; o aumento da pobreza e desemprego, intensificação da exclusão social provocada pela globalização da economia, crescimento da indústria do sexo, enfraquecimento de valores sociais, violência contra as mulheres, entre outras.

O Direito Internacional visa a protecção dos Direitos Humanos em três vertentes:

A primeira vertente tem em vista a luta e conquista para reconhecimento dos direitos humanos no plano internacional, nomeadamente na construção de consensos e a implementação dos direitos no âmbito dos Estados e parte da ideia de que o ser humano deve ser protegido com as arbitrariedades dos Estados. Assim cabe aos Estados actualizar e harmonizar a sua legislação interna, bem como criar mecanismos sancionadores e medidas preventivas para garantir o cumprimento dos compromissos assumidos.

Mais refere que a característica mais importante na vertente de protecção da pessoa humana, é a possibilidade de o indivíduo possuir legitimidade activa para denunciar uma violação dos direitos humanos, o que para o efeito tem que exercer o direito de petição individual num Tribunal Supranacional.

A segunda vertente de protecção internacional dos direitos humanos tem como principal objectivo criar condições de paz e de segurança aos seres humanos vulneráveis, marcados pelos efeitos das guerras, designadamente reprimir a guerra por intermédio da proibição ou outras formas de limitação, nomeadamente a condenação e reparação do dano a partir do julgamento dos acusados.

A terceira vertente de protecção internacional dos direitos humanos tem como objectivo o direito internacional dos refugiados designadamente na protecção dos direitos humanos em situação de refúgio, fuga do perigo em busca de protecção, socorro, amparo, abandono provisório de um lar, de uma vida organizada em direcção ao incerto, levando consigo a expectativa de que a sua vida e seus direitos sejam respeitados e protegidos.

É esta a missão que visa a protecção dos direitos humanos, tanto nacionais como internacionais, que é a protecção e a dignidade que todo o ser humano tem direito, que é o ponto a desenvolver no capítulo que segue, respeitante aos direitos das vítimas dentro da União Europeia

¹¹⁴ Paula, Vera Cecília Abrugge e Carol Proner, Convergência e complementaridade entre as vertentes de protecção internacional dos Direitos Humanos, encontrado em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/dint/article/view/13626/10847>

4.2.2- OS DIREITOS DA UNIÃO EUROPEIA PARA AS VÍTIMAS DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS

A resolução do problema do tráfico de seres humanos é uma prioridade tanto para a União Europeia como para os Estados Membros.

Os direitos decorrentes da legislação da União Europeia devem ser transpostos para o direito nacional, através dos Estados Membros.

O consentimento de uma vítima de tráfico de seres humanos na sua exploração, quer de forma tentada, quer de forma consumada, é irrelevante se tiver sido exercida sobre ela ameaça ou força, coação, rapto, oferta de obtenção de pagamentos ou benefícios para conseguir obter o consentimento.

As vítimas de tráfico de seres humanos têm direito a serem informadas dos direitos plasmados nas disposições jurídicas da sua integridade, na legislação correspondente, ou seja, da legislação de cada Estado Membro do país de destino.

Assim, quanto à assistência e apoio, as vítimas têm direito a partir do momento em que as autoridades competentes tenham conhecimento que foram vítimas de tráfico:

- A um nível de vida que assegure a subsistência, alojamento condigno;
- Ao tratamento médico necessário, incluindo assistência psicológica, aconselhamento e informação;
- Ao serviço de tradução e interpretação necessários;
- Ao acesso gratuito nos serviços de apoio;
- A receber uma indemnização.¹¹⁵

¹¹⁵ Diretiva 2011/36/UE, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à Proteção das vítimas, encontrado em www.dgpj.mj/sections/noticias/directiva/2011-36-ue-do

As mulheres vítimas de tráfico para fins de exploração sexual devem ser acolhidas em Centros de Acolhimento e proteção para Vítimas de Tráfico, designadamente instituições públicas e Organizações Não Governamentais (ONG).

As ONGs trabalham como associações da sociedade civil, ou de cariz religioso, e por trabalharem com mulheres vítimas de exploração sexual, acabam por ter uma maior facilidade na sinalização de vítimas.

Os serviços prestados variam em função dos recursos humanos e financeiros disponíveis e da localização das ONGs.

As ONGs podem estar ligadas à defesa dos direitos humanos em geral, à defesa dos direitos dos migrantes, ao movimento feminista, ou ao movimento dos trabalhadores do sexo.

Estas organizações desempenham um papel importante nos países de origem das vítimas, onde vão busca-las ao aeroporto, ajudam-nas nas suas primeiras necessidades (comida, apoio habitacional, financeiro, médico e psicológico) e estabelecem os primeiros contactos com as famílias.

O apoio jurídico no país de destino é muito fundamental, caso a vítima queira denunciar o seu traficante. Algumas Organizações Não Governamentais têm juristas, que prestam aconselhamento jurídico às vítimas¹¹⁶.

Os direitos humanos são direitos inalienáveis e devem ser reconhecidos a todo o ser humano.

¹¹⁶ Santos, 2007, pág. 45

4.3- A PREVENÇÃO, PUNIÇÃO E PROTECÇÃO

Uma vez encontrados diante de um crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, estamos perante um flagelo cuja prova é delicada e difícil de se encontrar, o que se pode assim afirmar que este crime, nas suas diferentes vertentes tem aumentado em todo o mundo.

Também Portugal não se libertou deste flagelo, pois encontra-se, juntamente com outros países, afectado com o crime organizado, englobando designadamente a exploração sexual, laboral, tráfico de drogas, entre outros.

Desde 2007 que Portugal tem o Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos¹¹⁷, um instrumento estratégico e global de combate a este crime. Envolve diversos Ministérios, entidades públicas e privadas, organizações não-governamentais, que têm como objectivo:

“Consolidar as políticas públicas no combate ao tráfico de seres humanos, nomeadamente através de medidas operacionais que permitam conhecer, sensibilizar, prevenir, educar e formar, proteger e assistir, investigar e cooperar.

Pretende ainda combater estereótipos de género no âmbito da defesa dos direitos humanos e aprofundar conhecimentos que caracterizam o tráfico de seres humanos com particular atenção ao tráfico para fins de exploração sexual e laboral na perspetiva de país de destino, de trânsito e de origem.

E ainda tem como objectivo contribuir para a irradicação do tráfico de seres humanos em Portugal, através de um quadro integrado e multidisciplinar de políticas.”

Em 2008 foi criado o Observatório do Tráfico de Seres Humanos¹¹⁸ que tem como missão recolher, tratar e difundir informação sobre tráfico de pessoas e formas diversas de violência de género.

¹¹⁷Encontrado em www.arsalgarve.min-saude.pt/saudeeviolencia/exemplo/...

¹¹⁸ Encontrado em www.otsh.mai.gov.pt

Para se poder combater o tráfico de pessoas, primeiro seria necessário identificá-lo, o que para o efeito pressupõe-se uma série de conhecimentos indispensáveis para uma avaliação dos índices e consequente diagnóstico precoce, designadamente a distinção entre o tráfico de pessoas e o auxílio à imigração ilegal.

No crime de tráfico de pessoas a investigação e instrução assumem um papel muito importante na descoberta dos seus principais autores, o que para isso será necessário colocar no terreno profissionais especializados na matéria, experientes, para assim tornar eficaz a investigação.

Mais ainda será importante além da investigação, assegurar a proteção da vítima, que estando em condições de colaborar com as autoridades policiais no processo de investigação, é indispensável a sua colocação em lugar estável, a beneficiar de medidas de proteção e apoio para assim garantir o seu depoimento livre, espontâneo, bem como para os serviços de apoio lhes concederem períodos de reflexão e autorizações especiais de residência a quem seja reconhecido o estatuto de vítima.¹¹⁹

Em Portugal o período de reflexão consiste em possibilitar às vítimas a sua recuperação física e emocional e tomar uma decisão informal sobre as suas opções, tendo este período uma duração que vai desde os 30 a 60 dias, sendo que, durante este período é garantido às vítimas o seu alojamento, subsistência, segurança, assistência médica, psicológica e jurídica.

Findo este prazo, poderá ser concedida uma autorização de residência por um ano, renovável por igual período, no caso de se manter a necessidade de proteção.

Em Portugal, com a entrada em vigor da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho¹²⁰, que entrou em vigor em 3 de Agosto de 2007, possibilitou a autorização de residência para vítimas de tráfico e de auxílio à imigração ilegal, definida no Decreto-Lei n.º 368/2007, de 5 de Novembro, rejeitando-se assim a sua determinação como meros infratores ou criminosos.

As vítimas de tráfico encontram-se muitas vezes fragilizadas ao nível psicológico e físico, que carregam consigo um sentimento de culpa e vergonha, em especial para aquelas

¹¹⁹ Raquel Matos, pág. 35

¹²⁰ Encontrado em http://acidi.govpt-s3-amazonaws-com/dacsOutross/1,1_sef.pdf

que não deram inicialmente o seu consentimento para trabalharem na prostituição que lhes destruiu a sua auto-estima.

Outro aspecto negativo a que estas mulheres estão sujeitas, é que, por estarem inseridas no mundo da prostituição não têm o apoio e simpatia da população, o que as torna mais isoladas e fora de um contexto cultural e social.

A ajuda a estas mulheres vítimas de tráfico vai muito para além dos mecanismos policiais, que para além de acolhimento, necessitam de cuidados médicos, ajuda psicológica, apoio jurídico, entre outros.

Acresce-se que por não haver uma estrutura estatal específica para o auxílio a estas mulheres, faz com que haja boa vontade por parte de algumas instituições, das quais se destacam as ONGs, muitas delas de cariz religioso.

Estas organizações de apoio acabam por ser, na maioria dos casos, a única rede de apoio fundamental dos polícias no decurso da investigação. Sendo certo que estas organizações ao apoiarem as vítimas deste flagelo, também necessitam de apoios financeiros estatais para a sua sobrevivência.

Estas associações têm um papel muito importante na identificação de situações de tráfico, que junto das mulheres ali internadas, algumas identificam os traficantes, que por sua vez encaminham estes conhecimentos aos órgãos policiais para investigação.¹²¹

Mas nem todas as mulheres vítimas de tráfico denunciam uma situação de exploração ou de violência, porque têm medo, tanto por elas como pelos seus familiares. Por receio que os traficantes façam mal às suas famílias, bem como a elas próprias fazendo-as desaparecer ou caírem em outras redes de exploração.

As associações de apoio à vítima diferem as formas de intervenção, de acordo com os seus recursos, das suas infraestruturas ou mesmo das situações em que as mulheres se encontram e da sua vontade, tendo também posições diferentes em relação à distinção entre prostituição voluntária e prostituição forçada.

Algumas instituições encontram-se de forma mais ou menos estruturada, possuem oficinas de trabalho para que as mulheres possam adquirir competência profissional ou

¹²¹ SANTOS, Boaventura de Sousa, Conceição Gomes, Madalena Duarte, BAGANHA, Maria Ionnis, Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de Exploração Sexual, Coleção Estudos de Género, pág. 276.

outras, como por exemplo “As Irmãs Adoradoras”, “O Ninho” e “O Espaço Pessoa”, possuem casas de acolhimento onde as vítimas são colocadas durante algum tempo.

Estas casas prestam apoio às vítimas em três fases distintas:

A primeira fase, antes de serem acolhidas, prestam o apoio na rua, designadamente com a distribuição de preservativos, de informação médica ou outro, sendo este apoio dado através de linhas de ajuda às vítimas e o apoio prestado por psicólogos e técnicos que se encontram nos Gabinetes de atendimento;

A segunda fase, que é aquela em que as mulheres são identificadas e acolhidas, o que neste caso o apoio já é individualizado e direccionado àquela mulher para satisfazer as suas necessidades, podendo ser apoiada por exemplo:

- No empréstimo de dinheiro para pagarem as dívidas aos traficantes, situação que muitas vezes faz com que permaneçam mais tempo até terem que pagar as dívidas com o próprio corpo.
- Ao estarem na instituição encontram-se num espaço seguro onde podem optar sobre o que pretendem fazer, manterem-se naquele país ou regressar ao seu país de origem. Sendo certo que para a sua legalização tem que haver a colaboração do SEF com alguma sensibilidade para com a situação.
- Quando a mulher mostra vontade em regressar ao seu país de origem, mais uma vez será o SEF a resolver, bem como O Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)” e a “Organização Internacional para as Migrações, (OIM)”.

Finalmente na terceira fase, a qual consiste avaliar em particular um projeto de vida, avaliando assim os seus objectivos, bem como equacionar as suas possibilidades para assim lhe poder ser fornecido instrumentos que lhes permitam gerir a sua própria vida.

Estas mulheres enquanto estiverem dentro do espaço de acolhimento serão protegidas pelos técnicos, contra a perseguição dos traficantes, uma vez que se encontram fragilizadas e amedrontadas pela situação que viveram.

5- O CONSENTIMENTO NO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Numa vasta gama de dificuldades conceptuais em torno do crime de tráfico sexual de mulheres, um dos pontos mais debatidos e complexos é o problema do consentimento.

É certo que existe distinção entre a mulher que escolhe imigrar mesmo irregular e aceita ir trabalhar para a prostituição, não existindo qualquer forma de coacção ou engano, daquela que aceita ir trabalhar como empregada de bar, de limpeza ou mesmo na indústria do sexo e acaba por ser traficada e explorada sexualmente.

No caso da primeira, estamos perante uma situação de prostituição voluntária e no caso da segunda estamos perante prostituição forçada.

Sobre este assunto, Boaventura Sousa Santos (2008, pág. 303) refere uma escala de vitimização, com o objectivo de mostrar os diferentes graus de consentimento:

- O primeiro e mais grave refere-se a uma total coerção das vítimas, manifestado por meio de rapto, onde aqui as vítimas não deram qualquer consentimento nem tinham qualquer conhecimento;
- O segundo nível de vitimização é aquele em que as vítimas escolhem imigrar para trabalhar noutro país, mas não para a prostituição nem para a indústria do sexo. Aqui o consentimento das vítimas é impróprio e é óbvio o engano e a fraude;
- O terceiro nível de vitimização consiste em as vítimas consentirem ir trabalhar para a indústria do sexo, mas não para a prostituição;
- E por último, e quarto nível, o menos grave que é o caso das vítimas consentirem ir trabalhar na prostituição, mas desconhecem que vão ser controladas e exploradas no exercício de tal profissão.

Estes quatro níveis de vitimização demonstram os vários tipos de consentimento no crime de tráfico. Em termos práticos é difícil avaliar qual é o grau de vontade própria do sujeito em relação ao controlo que foi exercido pelos criminosos.

O Protocolo das Nações Unidas para prevenir, suprimir e punir o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional, é considerado como o principal instrumento global juridicamente vinculante para o combate ao tráfico de pessoas, ele define o tráfico de pessoas como sendo composto em 3 elementos:

- O da “**ação**”, que descreve todo o percurso do tráfico, ou seja, o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas;
- O “**meio**”, define a ação em que o tráfico é efectuado, que é através de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, rapto, fraude, engano, abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade, e à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter consentimento de uma pessoa exercendo controlo sobre outra pessoa;
- O “o **objectivo**”, ou seja a exploração propriamente dita, incluindo exploração sexual, trabalho forçado ou extração de órgãos.

O artigo 3º, al b) do mesmo diploma define que o consentimento da vítima para a exploração pretendida é irrelevante, quando qualquer um destes meios tenham sido utilizados, e estando verificados todos os três elementos, está constituído o tráfico de pessoas, havendo apenas uma exceção, que é quando a vítima é uma criança, o segundo elemento “meio” não faz parte da definição.

É amplamente aceite que, além de simplificar os requisitos de prova para processos que envolvem crianças, isso representa uma afirmação adicional de que o consentimento nunca deve ser considerado em tais casos.

Crianças são, pela lei, em geral reconhecidas como sendo incapazes de consentir certos tipos de atividades, pelo facto de serem mais vulneráveis e de existir um desequilíbrio de poder.

A declaração do Protocolo sobre o tráfico de pessoas é clara, quando refere que o consentimento é sempre irrelevante para determinar se o crime de tráfico de seres humanos ocorreu.

Foram feitas pesquisas por todos os países da União Europeia e concluiu-se que todos aceitam o princípio de que o consentimento de uma criança em qualquer parte do processo ou resultado do tráfico é irrelevante. Já no que diz respeito ao tráfico de adultos, o resultado das pesquisas confirmaram que o princípio da irrelevância do consentimento quando “meios” são usados, é amplamente aceite.

Alguns dos Estados têm incorporado o princípio da irrelevância do consentimento na sua lei, ou seja adotaram a linguagem do protocolo sobre o tráfico de pessoas (o consentimento é irrelevante onde estão estabelecidos os meios) como é o caso de Israel, Noruega e Suíça.

Outros, designadamente a Tailândia, Argentina e Indonésia, afirmam a irrelevância do consentimento, mas não vinculam o elemento “meio”.

Um número de Estados, como por exemplo a Austrália e Tonga adotam um princípio diferente do Protocolo, entendem que o consentimento não pode ser uma defesa contra qualquer conduta que de outra forma constitua um crime.

Já a Sérvia entende que o consentimento não possui qualquer influência sobre a existência de qualquer ofensa criminal relevante;

As vítimas muitas vezes desempenham um papel crítico no processo criminal dos traficantes e de seus cúmplices.

As investigações em processos são geralmente difíceis e por vezes impossíveis sem a cooperação e depoimento das vítimas.

É através do testemunha que as vítimas dão que é possível apurar o modo como tudo aconteceu, ao contrário de que, se se recusarem a testemunhar, por razões de fatores psicológicos, culturais, socioeconómicos, religiosos, ou outros, que sendo identificadas como vítimas de tráfico, não se consideram como tal, o que neste caso aumenta a relevância do consentimento.

O consentimento pode ser relevante para determinar a intenção do acusado, isto é, se o depoimento da vítima for no sentido de concordar com a atuação do acusado, tornando difícil estabelecer a intenção criminosa da exploração.

As formas que os traficantes usam para concretizar o tráfico, é a persuasão, as falsas promessas de bons empregos no exterior e consequentemente salários altos com os

quais as vítimas podem melhorar a sua vida e ainda poderem enviar dinheiro para os seus familiares, o que possibilita as vítimas que estão em situação financeira difícil.

No que diz respeito ao consentimento das vítimas do tráfico de pessoas, a posição dominante é a irrelevância, por na maioria das vezes é viciado, por ter sido obtido pelas falsas promessas e pela pouca percepção das vítimas.

As vítimas não sabem que vão ser obrigadas a trabalhar como prostitutas, e mesmo as que vêm exercendo actividades sexuais, não sabem que vão continuar a exercer essa actividade mas em condições de exploração, tráfico comercial e a viverem em situações sem o mínimo de condições habitacionais.

O consentimento da vítima dessa forma torna-se irrelevante em qualquer daqueles casos porque é contaminado por ter sido obtido mediante engano e fraude utilizado pelos traficantes.

Não pode ser tida como lícita e estar isenta de punibilidade uma actividade que viola os fundamentos do estatuto de um país e causar um dano de difícil reparação que é o caso da dignidade humana.

O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas – Protocolo de Palermo ensina-nos que o consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas, tendo em vista qualquer tipo de exploração, (exploração de prostituição, exploração sexual, trabalhos ou serviços forçados, escravatura, servidão ou remoção de órgãos), será irrelevante se tiver sido obtido mediante a utilização de ameaça, uso da força ou outras formas de coacção.

5.1- GUIA LEGISLATIVO

De acordo com o **Guia Legislativo da Convenção e dos Protocolos, lançado em 2004**, o qual faz uma referência passageira ao consentimento, afirmando que, uma vez verificado que foram utilizados o engano, coerção, força ou outros meios proibidos o consentimento é irrelevante e não pode ser usado como uma defesa.

Também o Modelo de Lei sobre o Tráfico de Pessoas do UNODC de 2009¹²², interpreta o artigo 3º, al. b) do protocolo de forma mais expansiva, dizendo que uma vez que os elementos do crime de tráfico incluem o uso de um dos meios (coação, rapto, engano ou outros), estão comprovados, tanto na defesa como nas alegações que a vítima consentiu, mas tal consentimento é irrelevante, ou seja, se por exemplo, a consciência de uma pessoa de estar a trabalhar na indústria do sexo ou na prostituição, não a exclui de se tornar uma vítima de tráfico, mesmo sendo consciente da natureza desse trabalho, a pessoa pode ter sido induzida em erro quanto às condições de trabalho, e acaba por ser explorada e coagida.

É logicamente e juridicamente impossível “consentir” quando um dos meios citados é utilizado. Consentimento genuíno só é possível juridicamente quando todos os factos são apurados e a pessoa o exerce livremente.

A **Convenção Europeia de Tráfico**¹²³ reproduz a definição do tráfico de pessoas de acordo com o Protocolo, incluindo o elemento “meio” e a disposição relativa à irrelevância do consentimento, quando qualquer um dos meios é utilizado. Refere ainda que o consentimento dado num determinado momento e/ou para uma forma prática de exploração não é o mesmo para exploração.

A questão do consentimento não é simples nem fácil de determinar onde o livre arbítrio termina e começa a restrição.

Quando se trata de uma situação de tráfico, as vítimas não sabem o que está por trás, enquanto outras estão conscientes de que vão estar envolvidas em prostituição, porque

¹²²Guia legislativo para a implementação da Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional e seus protocolos

¹²³SHConvenção do Conselho da Europa sobre a Luta contra o Tráfico de seres humanos ETS 197,16 V. 2005, concluído em Maio de 2005 e entrou em vigor em 1 de Fevereiro de 2008 (Convenção Europeia contra o Tráfico)

o seu desejo é ter um emprego e provavelmente dispostas a envolver-se na prostituição, mas não significa que consentam em ser submetidas à violência de qualquer modo, por essa razão, o artigo 4º, al. b) prevê que o tráfico de seres humanos se dá com o consentimento ou não da vítima a ser explorada.

Por último refere que “o consentimento da vítima não altera as responsabilidades criminais dos infratores”.

Diretriz do Tráfico da UE 2011/36EU¹²⁴, também reproduz a definição de tráfico estabelecido no Protocolo, acrescentando que o consentimento pode dizer respeito a explorações reais, bem como aquelas pretendidas: “o consentimento de uma vítima de tráfico de seres humanos para sua exploração, seja tentada ou consumada, é irrelevante, se qualquer um dos meios (força, rapto, coerção ou outros), for usada.

O Consentimento em Direito Penal Internacional, o artigo 7º do Estatuto do Tribunal Internacional¹²⁵ identifica como crimes contra a humanidade os crimes relacionados ao tráfico, designadamente a escravidão, a escravidão sexual e a prostituição forçada.

No caso do consentimento, o direito Penal Internacional prescreve no artigo 7º os seguintes princípios de prova, em caso de violência sexual:

“O consentimento não pode ser inferido por motivo de quaisquer palavras ou comportamento de uma vítima, onde a força, ameaça de força, coerção ou o aproveitamento de um ambiente coercitivo prejudica a capacidade da vítima em dar consentimento voluntário e genuíno;

O consentimento não pode ser inferido por causa do silêncio da vítima à alegada ofensa sexual...”

¹²⁴ Directiva da União Europeia 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Abril de 2011 sobre a prevenção e combate ao tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro do Conselho 2002/629/JAI do Conselho, JO L 101/1, de 15 de Abril de 2011.

¹²⁵ Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, 2187 UNTS 90, feito em 17 de Julho de 1998 e entrou em vigor em 1 de Julho de 2002.

6- ANÁLISE DE UM ACÓRDÃO SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS

Para melhor compreensão do tema da minha dissertação, torna-se extremamente útil abordar referências explícitas num caso concreto já submetido a julgamento.

Tomei como exemplo o acórdão proferido no processo Comum Colectivo, nº 1/07.8ZCLSB, a correr termos na 2ª Vara Criminal da Comarca de Lisboa, que na fase de inquérito houve acusação contra dez arguidos abaixo indicados pelos crimes de associação criminosa, lenocínio e tráfico de pessoas, passou pela fase de Instrução onde foi proferida decisão de pronúncia, e remetido para julgamento, perante Tribunal Colectivo, foi proferido acórdão em 20 de Maio de 2009, onde resultou a condenação de todos os arguidos⁴

Os arguidos foram todos identificados não pelos seus nomes próprios, mas por letras, designadamente, AA, DD, GG, JJ, KK, NN, TT, XX, QQ, os quais perante o colectivo de Juízes prestaram a sua identificação, nos termos o artigo 71º., do CPP.

MATÉRIA DE FACTO:

Em data não concretamente apurada, situada em meados do ano de 2003 os arguidos, AA, DD, JJ, QQ, KK e NN, e outra pessoa identificada como, BBB, combinaram entre si constituir um grupo com vista à exploração sexual de mulheres, de nacionalidade Romena em território Nacional, com o objectivo de angariarem ganhos económicos com tais práticas.

No ano de 2002, já a arguida GG, explorava sexualmente mulheres que trazia da Roménia para território nacional, que posteriormente, nos finais do ano de 2006, e início do ano de 2007, estas mulheres passaram também a serem exploradas por todos os arguidos.

O grupo funcionava de forma organizada, chefiado pelo arguido AA, que distribuía tarefas aos restantes arguidos, fixava as quantias que cada mulher havia de cobrar aos clientes, indicava-lhes os locais onde haviam de exercer a prostituição, bem como exercia pressão sobre as mulheres para o cumprimento o seu dever.

Todas as vítimas eram de nacionalidade romena, e por vezes procuradas em locais onde o arguido AA tinha famílias, solicitadas por pessoas conhecidas do arguido, com instruções para as aliciarem com propostas de emprego com elevados proventos, omitindo-lhes a prática sexual que haviam de exercer.

As vítimas eram transportadas da Roménia para Portugal, por via terrestre de autocarro, e também via aérea.

Todo o dinheiro realizado pelas vítimas nas práticas sexuais era solicitado pelos arguidos, que por vezes as deixavam sem nada, tendo como destino a Roménia, cambiado através de depósitos em Agências de Câmbio e transferências internacionais.

Por vezes recorriam a documentos das vítimas, indo os depósitos em nome das mesmas, com o objectivo de esconderem a identificação dos arguidos.

O montante dos câmbios era cerca de 6.000€ cada um, recebidos na Roménia por pessoas da confiança dos arguidos.

Os arguidos não tinham qualquer emprego, fazendo da exploração sexual das vítimas a única fonte de rendimentos.

As vítimas eram controladas pelos arguidos, pela forma como abordavam os clientes, o número de clientes que atendiam por dia, e no final do dia eram levadas para casa, sem o mínimo de condições de habitabilidade, as fechavam à chave onde ficavam sob o seu domínio e total dependência. Não tinham qualquer liberdade de movimentos, usavam a força física para as aterrorizar e impedir de fugir, ficando assim obrigadas a obedecer a todas as suas instruções, mantendo-se numa situação de total submissão e escravidão.

Os arguidos colocavam as vítimas na sua total dependência, restringindo a sua liberdade, e caso se recusassem a praticar ou a recusar praticar sexo, eram sujeitas a agressões físicas e psicológicas, e para não tentarem fugir, retiravam-lhes o passaporte e bilhete de identidade. Também as obrigavam a pagar o aluguer dos quartos nas pensões, no montante de 5 € por cada 20 minutos de ocupação, e ainda o custo da viagem da Roménia para Portugal, o que as deixavam sempre endividadas.

Os arguidos só procuravam recrutar mulheres de nacionalidade Romena, por terem conhecimento que pertenciam a famílias pobres, com graves dificuldades económicas, poucos conhecimentos, abandono escolar, pois sabiam que as condições sociais económicas e familiares onde estavam integradas facilitava o seu recrutamento.

Algumas vítimas só aceitaram vir da Roménia para Portugal porque foram aliciadas e enganadas com a promessa de auferirem elevados lucros, ocultando-lhes a realidade, e ainda dizendo-lhes que dividiam a meias as quantias que auferissem com a prática da prostituição, o que não aconteceu, pois eram obrigadas a entregar todo o dinheiro realizado, fruto do seu trabalho.

De entre muitas vítimas exploradas e enganadas, também recrutaram uma menor de 14 anos, que sem qualquer moral e com frieza a obrigavam às práticas sexuais, mesmo contra a sua vontade.

Os arguidos eram de nacionalidade Romena, com excepção do TT e XX, que eram gerentes de pensões, cujos quartos eram utilizados para a prática da prostituição dos quais obtinham lucros.

Depois de observada toda a matéria de facto e dada como provada, o Colectivo de Juízes condenou os arguidos nas seguintes penas:

O arguido AA, em cúmulo jurídico, na pena única de catorze anos de prisão;

O arguido DD, em cúmulo jurídico na pena única de doze anos de prisão:

Os arguidos GG e JJ, em cúmulo jurídico na pena única de doze anos de prisão, cada um;

Os arguidos KK e NN, em cúmulo jurídico, na pena única de onze anos de prisão cada um;

O arguido QQ, na pena de três anos e seis meses de prisão;

Os arguidos, TT e XX, foram condenados, cada um na pena de dois anos de prisão, suspensa na sua execução.

Inconformadas com a decisão, os arguidos, AA, DD, GG, JJ, KK, NN, E QQ, recorreram para o Tribunal da Relação de Lisboa, que nas respectivas motivações formularam as conclusões alegando vícios de forma e penas excessivas. Que por sua vez o Tribunal da Relação, por acórdão, decidiu negar provimento ao recurso.

Mais uma vez inconformados dessa decisão, interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, que nos termos do artigo 474º, do Código de Processo Penal rejeita o recurso no tocante à matéria de facto, por dele não poder reconhecer, por a sua cognição apenas dizer respeito a matéria de direito.

Quanto à excessividade das penas, decidiu rejeitar os recursos dos arguidos, AA, JJ e DD, por inadmissíveis; e concede parcial provimento aos recursos arguidos, GG, KK e NN e fixando assim aos mesmos a pena de onze anos para o arguido GG e dez anos de prisão para cada um dos arguidos, KK e NN.

Análise comparativa com a dissertação:

Escolhi este acórdão porque se enquadra no tema da minha dissertação, designadamente com o crime de associação criminosa e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Desenhou-se neste caso concreto a evidente participação da prática de ilícitos, designadamente tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, por uma organização criminosa, feita no estreito núcleo da clandestinidade, de grande produção lucrativa gerada em sede de violação à dignidade humana.

Acrescenta-se a este campo, que o tráfico de pessoas foi feito no texto internacional relativamente à prevenção, repressão e punição, que apresenta a definição de tráfico de pessoas como sendo, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça, ao uso da força, ou a outras formas de coacção, nomeadamente sequestro, fraude, engano, ao abuso de autoridade situações de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos para obterem o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração, que inclui a exploração da prostituição ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviço

forçado, a redução à condição de escravo, casamento por conveniência ou a remoção de órgãos.

O tráfico de pessoas tem características próprias e encontra a sua definição no protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas, Protocolo de Palermo, mais propriamente no seu artigo 3º, tendo elas: carácter internacional, vítimas vulneráveis, engodo durante o aliciamento, situação de escravidão e dívidas no local de destino.

Estas características são visíveis neste acórdão, por se tratar de um crime relacionado com tráfico de mulheres para fins de exploração sexual com o objectivo de obterem altos ganhos com as actividades desenvolvidas pelas vítimas, que por sua vez também são visíveis na minha dissertação, as quais são mencionadas no capítulo 2º que trata do tráfico internacional de pessoas, com todas as suas especificidades, designadamente a pobreza, o recrutamento, o transporte, as rotas, entre outros.

O tráfico de pessoas está relacionado com o crime organizado, que de acordo com a Convenção de Palermo⁵, no seu artigo 2º, al. a), define grupo criminoso organizado como “um grupo de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e actuando concertadamente com o propósito de cometerem uma ou mais infracções graves, com a intenção de obter um benefício económico”.

Neste caso prático está presente um grupo criminoso organizado, pois é constituído por dez arguidos, actuando de forma organizado cometendo actos ilícitos com finalidades lucrativas, o que também se identifica com a dissertação, no capítulo 2º, no ponto 2.1.2.

O mesmo diploma, na al. B diz que crime grave é a infracção punível com pena privativa de liberdade superior a 4 anos⁶.

Do mesmo se conclui que está presente o crime organizado transnacional, que segundo a mesma fonte refere que o crime organizado tem carácter transnacional na medida em que não respeita as fronteiras, o que se verifica no acórdão, por se tratar de mulheres de nacionalidade Romena a deslocarem-se para Portugal, país de destino para aqui exercerem a práticas sexuais.

No caso concreto as vítimas, (mulheres) eram de nacionalidade Romena, provenientes de famílias pobres, de baixa escolaridade, que por dificuldades económicas abandonaram a escola para se dedicarem ao trabalho em busca de sobrevivência, que por escassez de emprego aceitaram o primeiro que lhes apareceu, razão que as levou a aceitar emigrar para Portugal, para exercer a profissão que lhes era prometida, designadamente prostituir-se, apanhar morangos ou outras, todas bem remuneradas.

Estas mulheres foram alvo de tráfico, que por se encontrarem em situação vulnerável foi fácil aos traficantes conduzi-las e submetê-las ao fim que lhes convinha, exploração sexual, e obrigá-las a entregar todo o dinheiro que realizavam fruto do seu trabalho.

Dentro do mesmo cenário, estas mulheres eram vítimas de tortura, escravidão, engano, privadas de liberdade, privadas de contactar as famílias, viverem em casas sem o

mínimo de sobrevivência, entre outras, sendo estas características também associadas ao crime de tráfico, igualmente aprofundado na dissertação em todos os pontos do 2º capítulo.

No caso concreto, as rotas das vítimas foram feitas por via aérea e terrestre, mais propriamente por autocarro, ponto que também se encontra relacionado no ponto 2.5.5. do capítulo 2º da dissertação.

O tema central da minha dissertação é o consentimento das vítimas no tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. No caso concreto, o consentimento das vítimas está implícito, uma vez que aceitaram a promessa oferecida pelos traficantes e deslocaram-se do seu país de livre vontade para o país de origem, designadamente Portugal.

Este consentimento tem um sentimento de confiança e de esperança das vítimas, que em função da sua fragilidade cognitiva acreditaram e tomaram como certas as promessas feitas.

A matéria de facto que se observa no presente acórdão relaciona-se com três questões fundamentais: 1- A existência de traficantes, (arguidos), cometendo factos ilícitos com o objectivo de obterem vantagens económicas, através de engano, tortura, entre outros;

2- A existência de vítimas (mulheres), em situação económica difícil, designadamente, pobreza, sem emprego, famílias numerosas, que em situação de vulnerabilidade aceitam emigrar para fora do seu país, não dando conta de que estão a ser enganadas;

3- A existência da violação dos direitos humanos, carência de valores éticos e sociais, e a violação do bem jurídico que é a liberdade e autodeterminação sexual.

Por último convém assinalar que num caso de crime organizado em que estão presentes casos de violência, tem que se recorrer à força e procurar-se castigos para os criminosos.

A forma mais comum de combate a estes crimes é a aplicação de legislação adequada por parte dos Governos, designadamente uma pena justa que cumpra as finalidades da pena, que de acordo com o Professor Doutor Figueiredo Dias,⁷ estas finalidades são a prevenção especial positiva ou de socialização, referindo que a mesma “promana para o Estado o dever de oferecer os meios para a sua correcção”, que na minha dissertação faz o seu desenvolvimento no ponto 4.1 do capítulo 4º.

Termino a análise do acórdão dizendo que de facto as finalidades da pena foram tidas em consideração, na medida em que os arguidos foram condenados, com o propósito de se consciencializarem que aquela pena serve de cura para não cometerem futuros crimes.

7- CONCLUSÃO

O tráfico de seres humanos, designadamente de mulheres para fins de exploração sexual assume especificidades concretas, tem um impacto económico compatível com o tráfico de armas e de droga, abrange uma diversidade de problemas e realidades, tais como a migração, o crime organizado, a exploração sexual e laboral, comporta uma forte desigualdade de género, dos direitos humanos, quebra de suporte familiar e comunitários, entre outros. Requer, que qualquer medida de combate contra este fenómeno deva ser integrado numa perspetiva mais ampla contra a violência sobre as mulheres.

Apesar de ser um fenómeno muito abrangente, existem grupos que apresentam uma maior vulnerabilidade que os torna vítimas de tráfico, que é o caso das mulheres, que em virtude de uma crescente feminização da pobreza, estão mais expostas a situações de exploração sexual

Para combater eficazmente esta realidade complexa e multifacetada, tem que se ter sempre em conta uma abordagem integrada que tem como acento tónico a perspetiva dos direitos humanos.

Para este efeito é necessário que exista uma harmonização entre a vertente repressiva de combate ao tráfico de seres humanos, designadamente a punição dos traficantes, misturada com o uso de estratégias de prevenção, e as formas de apoio às vítimas de tráfico.

Como o tráfico de pessoas tem vindo a assumir, recentemente uma abordagem conceptual e inequívoca, necessita de ser implementada, ao nível do desenvolvimento de políticas e estratégias entre os Estados, uma análise compreensiva do problema para o desenvolvimento de uma resposta e combate efetivo ao mesmo. O ordenamento jurídico de cada país deve reservar áreas de carácter político, legislativo e administrativo que promovam uma abordagem sobre as suas diversas dimensões, bem como uma cooperação multidisciplinar entre os diversos agentes envolvidos, sempre numa óptica do respeito pelos direitos humanos.

Neste contexto foram criadas diversas iniciativas e mecanismos com a finalidade de divulgação e conhecimento do problema, a proteção, o apoio e a integração social das suas

vítimas, bem como a formação de agentes e estruturas para a sua prevenção, investigação e combate.

Em Novembro de 2000 surge o primeiro instrumento internacional que é o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas, relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas em especial de mulheres e crianças¹²⁶.

Desde então diversas organizações internacionais abriram horizontes respeitantes a uma abordagem mais integrada e eficaz no combate a este fenómeno, designadamente, e a nível da União Europeia, foi adoptada a Decisão-Quadro do Conselho de 19 de Julho de 2002, relativa à luta contra o tráfico de seres humanos.

Cumpre também referir a Diretiva do Conselho 2004/81/EC, de 29 de Abril de 2004, relativa a autorização de residência emitida a nacionais de países terceiros que sejam vítimas de tráfico de seres humanos ou que tenham sido sujeitos a uma ação para facilitar a imigração ilegal, que cooperem com as autoridades competentes.

No que se refere à Organização e Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), que é um documento de relevo no contexto internacional, temos a referir o Plano de Ação contra o Tráfico de Seres Humanos de 2003, que apela a adopção de novas estratégias contra o tráfico, tanto ao nível nacional como Internacional, designadamente na área da proteção, acolhimento e repatriamento e unidades especiais no combate ao tráfico, quer no país de origem quer no país de destino, e ainda áreas de carácter social e económico são criadas no apoio às vítimas. De intervenção

A Convenção contra o Tráfico de Seres Humanos, assinada em Varsóvia em 16 de Maio de 2005, é o primeiro documento internacional que contém uma clara definição de vítimas de tráfico com uma acentuada relevância dos direitos humanos.

No contexto nacional, é importante referir as Grandes Opções do plano 2005-2009, contemplada na vertente específica do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual com um maior conhecimento sobre o fenómeno do tráfico com implementação de medidas de apoio e proteção às vítimas, bem como a penalização dos infractores.

¹²⁶ Aprovado em Portugal pela Resolução nº 32/2004 da Assembleia da República e Ratificado pelo Decreto do Presidente da República nº 19/2004, de 2 de Abril

A adopção deste plano, que tem a duração de 3 anos, encontra-se estruturada em 4 áreas estratégicas, abordando, respectivamente:

Encaminhar findos e promover a realização de estudos na área do tráfico de seres humanos, Promoção da cooperação, através de mecanismos bilaterais, regionais e internacionais no desenvolvimento de estratégias e formas de atuação comum, para, tanto prevenir, como agir na problemática do tráfico, conceder às vítimas um período de reflexão, 30 ou 60 dias, durante o qual poderá decidir se deseja ou não cooperar com as autoridades, não podendo ser expulsa do país nesse período. E por fim a implementação de um guia de registo informatizado a ser aplicado pelas forças de segurança para as situações de tráfico de pessoas, entre outros.

Para que as vítimas tenha um apoio eficaz, é necessário um trabalho em rede entre instituições do Estado e sociedade civil uma acção concertada com vista à prevenção e protecção das mesmas.

As Instituições com competência na prevenção e protecção das vítimas, são:

- Instituto de Segurança social, IP (ISS,IP), que sendo um Instituto público de regime especial, tem como missão garantir e promover a protecção e inclusão social dos cidadãos no âmbito do sistema de segurança social, reconhecendo os direitos e assegurar o cumprimento das obrigações.
- Associação de Apoio à Vítima (APAV), é também uma Associação de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, cuja missão é prestar apoio aos cidadãos vítimas de crime, de forma qualificada, individualizada, gratuita e confidencial, na área jurídica, psicológica e social, bem como no encaminhamento das vítimas para outras instituições.
- Centro de Acolhimento e Protecção às vítimas de Seres Humanos (CAP), destina-se a acolher mulheres e jovens do sexo feminino que se encontram em situação de vulnerabilidade, sinalizadas por entidades competentes como vítimas de tráfico para fins de exploração sexual e laboral.

Tem como objectivo o acolhimento temporário das vítimas, promovendo-lhes um ambiente acolhedor no seu equilíbrio físico, emocional e integração social e assegurar condições de protecção e segurança, entre outros.

Além das Instituições de Solidariedade Social também as forças e serviços de segurança prestam apoio na área do crime organizado, nomeadamente:

-Guarda Nacional Republicana (GNR), é uma força militarizada, que no âmbito do seu policiamento de proximidade, no ano de 2004 foi-lhe concedido o projeto de investigação e apoio às vítimas Especializadas (IAVE), que tem como objectivo encaminhar as vítimas para as instituições de apoio social, entre outros.

-Policia de Segurança Pública (PSP), é uma força de segurança uniformizada, de serviço público, responsável pela prevenção e apoio às vítimas de tráfico de seres humanos, entre outros.

-Policia Judiciária (PJ), é um corpo superior de polícia criminal, que tem como missão cooperar as autoridades judiciárias na investigação, promove a centralização de conhecimentos do fenómeno, disponibiliza as ferramentas necessárias à sua investigação e cooperação policial através da Interpol ou Europol, cuja ligação é assegurada pela Unidade de Cooperação Internacional da PJ.

-Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), é um serviço de segurança, organizado hierarquicamente na dependência do Ministro dos da Administração Interna, que tem como principal objectivo, controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e atividades dos estrangeiros em território nacional e executar as medidas e ações relacionadas com aquelas atividades e com os movimentos migratórios, entre outros.

As mulheres vítimas de tráfico encontram-se numa situação de dupla vitimização, pelo facto de, por um lado serem vítimas de uma situação de extrema pobreza, falta de emprego, situação económica difícil, discriminação de género, dá o seu consentimento para imigrar em busca de melhores condições de vida, por outro acaba por ser vítima de tráfico para exploração sexual, isolada, longe da sua família, com a sua auto estima destruída, sem recursos para a sua integração, que só com a ajuda de todas as Instituições de Solidariedade Social e Órgãos ou Serviços mencionadas as podem ajudar a estabelecer-lhes um equilíbrio social que as conduza a uma vida melhor.

BILIOGRAFIA

A Laureano. A Rento-2004 Repositório aberto.up.pt, encontrado em <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=conven%C3%A7%C3%A3o+de+schengen&btnG=&lr=>

BELEZA, Teresa Pizarro, Direito Penal, 2º Volume, Aafdl.

B S Santos, C Gomes, M Duarte – revista crítica de ciências sociais, 2009-
RCCS.revues.org, encontrado em <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=legisla%C3%A7%C3%A3o+penal+portuguesa+na+tr%C3%A1fico+de+pessoas&btnG=&lr=>

Convenção Internacional relativo à repressão do tráfico de mulheres maiores, encontrado em www.oas.org/.../pt_bra_convencao_internacional_repressao_trafico_mulheres_maiores.pdf.

COSTA, Joana Azevedo – Tráfico de seres humanos. Verbo Jurídico 2011, disponível na internet em: <http://www.verbojuridico.Com/doutrina/2011/joanacosta-trafficosereshumanos.pdf>.

DGPJ. Projeto CAIM (Tráfico de Pessoas), encontrado em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/politica-legislativa/anexos/legislacao-avulsa/projecto-caim-traffic-de/>

DIAS, Jorge de Figueiredo, Código Penal , Parte Geral, Tomo 1, 2ª Edição, Questões Fundamentais, A Doutrina Geral do Crime, Coimbra Editora

Decisão- Quadro do Conselho, de 15.03.2001 -, encontrado em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2001:082:0001:0004:pt:PDF>.

FRANCISCO Wetimane, a imigração ilegal em Moçambique, encontrado em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2933/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Vers%C3%A3o%20Final%202222.pdf>

F J do Nascimento Branco, Intervenção social, 2014 – revista. lis. ulusiada.pt, encontrado em <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=declara%C3%A7%C3%A3o+dos+direitos+do+homem+e+do+cidad%C3%A3o&btnG=&lr=>

GNR, Tráfico de Seres Humanos de 20/03/2014, encontrado em

GRILO, Fabiana Nunes, Tese de Mestrado, Proteção de Testemunha no Crime Organizado, encontrado em <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9017/1/Tese%20Fabiana%20Grilo.pdf>

<Http://www.migrantes.org.br/fenomenomigratório> doc

http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf

<http://www.oas.org/.../1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos...>

http://direitoshumanos.gddc.pt/3IIIPAG3_9_6.htm

http://www.oimconosur.org/varios/index.php?url=trata_que.

<http://www.gddc.pt/sili/?id=802im-asp>.

<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/OIT-Protocolo-de-Palermo.pdf>

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/etfps-conv-29.html>

http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf
http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf

https://www.google.pt/search?hl=pt-PT&source=hp&q=directiva+2012%2F29%2FUE&gbv=2&oq=directiva+2012%2F29%2FUE&gs_l=heirloom-hp.3..0i19j0i22i10i30i19l2j0i22i30i19l3.1724.19191.0.19640.20.19.0.1.1.0.112.1810.9j9.18.0.msedr...0...1ac.1.34.heirloom-hp..1.19.1830.oXY8wUA3zG4

http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/mla_MA_19926.pdf

<http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>

<http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>

<http://www.bdttd.bcc.unb.br/redesimplificada/td-arquivos/51/ede-2009-07-28f161958z-4189/publicado/2009>.

<http://www.es.search.yahoo.com/search>.

http://acidi.gov.pt.s3.amazonaws.com/docs/Outros/LI_sef.pdf.

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1973&tabela=leis

http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=bem_juridico&oldid=4291698

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1135&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=

<http://.coe.int/t/dg2/trafficking/campaign/Docs/Convntn/default.en.asp>

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=33345>

https://www.google.pt/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1CHWA_pt-PTPT635PT635&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Lei+n%C2%BA+61%2F91%2C+de+13+d.

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1135&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=

https://search.yahoo.com/search;_ylt=A0LEVyheQwNWKIEAQN2187UF;_ylc=X1MDOTU4MTA0NjkEX3IDMgRmcgNocC1kZGMtYmQtdGFiBGdwcmllkA1h0WXZSbkN

http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9k9v8j/disserta_o_priscila_martins_r_mestrado_direito_ufmg.pdf?sequence=1,
consultado em 2015/11/16.

https://www.google.pt/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1CHWA_pt-PTPT635PT635&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Declara%C3%A7%C3%A3o+dos+direitos+do+homem+e+do+cidad%C3%A3o+r

https://search.yahoo.com/search;_ylt=A0LEVyheQwNWKIEAQN2l87UF;_ylc=X1MDOTU4MTA0NjkEX3IDMgRmcgNocC1kZGMtYmQtdGFiBGdwcmllkA1h0WXZSbkN

JOÃO DAVIN, *A Criminalidade Transnacional, Cooperação Judiciária e Policial na UE*, 2ª Edição revista e aumentada, Almedina

JOÃO PEIXOTO, Tráfico de Contrabando, Emigração Irregular, os novos contornos de imigração no Brasil e em Portugal, encontrado em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n53/n53a04.pdf>.

JORGE MALHEIROS e Maria Ioannis Baganha, , Imigração Ilegal em Portugal, Padrões Emergentes em inícios do século XXI, encontrado em http://Janusonline.pt/2001/2001_3_3_12.html

MENDES, Paulo de Sousa, Tráfico de Pessoas, encontrado em: http://www.estige.ipbeja.pt-ac_direito/traficopessoasm.pt.

JOÃO PEIXOTO, Tráfico de Contrabando, Emigração Irregular, os novos contornos de imigração no Brasil e em Portugal, encontrado em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n53/n53a04.pdf>.

JORGE MALHEIROS e Maria Ioannis Baganha, , Imigração Ilegal em Portugal, Padrões Emergentes em inícios do século XXI, encontrado em http://Janusonline.pt/2001/2001_3_3_12.html

M Varejão-verba júris – anário de após graduação em ...2003 – periódicos.ufpb.br, encontrado em <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=grupo+de+trevi&btnG=&lr=>

MICHELL Chossudovsky, *A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial*, Caminho

LARISSA RAMINA, Tráfico Internacional de mulheres para fins de exploração sexual, dificuldades conceituais, caracterização das vítimas e operacionalização, Revista de direitos fundamentais e democracia v.14, nº 14, Julho/Dezembro de 2013.

LEITE, Rodrigo de Almeida e Larice Ramos Medeiros Velloso , Tráfico Internacional de mulheres para fins de exploração sexual, encontrado em <http://www.sociologiajuridica.net.br/número-12/270-rodrigo-de-almeida-leite-e-larice-ramos-medeiros-veloso-tráfico-internacional-de-mulheres-para-fins-de-exploração-sexual>

KEVIN BALES, Gente Descartável, A Nova Escravatura na Economia Global, Caminho Nosso Mundo.

NATSCHERADETZ, Karl Prelhaz, O Direito Penal Sexual, Conteúdo e Limites, Livraria Almedina.

Ribeiro-2012-comum.rcaa.pt, encontrado em <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=interpol+e+europol+texto+em+portugu%C3%AAs&btnG=&lr=>

RAQUEL Matos, Género Nacionalidade e Reclusão, Olhares Cruzados Sobre migrações e Reclusão Feminina em Portugal, Universidade Católica, Editora Porto.

REIS, Priscila Martins, Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de pós graduação em Direito, Tráfico de seres humanos para exploração laboral, análise crítica dos mecanismos para enfrentamento do problema no âmbito Internacional e no Brasil, encontrado em:

RODRIGUES, Thaís de Camargo, O Tráfico Internacional de Pessoas para Fins de Exploração Sexual e a Questão do Consentimento, Universidade de São Paulo de Direito, São Paulo 2012, encontrado em; www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-30102012,

SANTOS, Boaventura de Sousa, Conceição Gomes, Madalena Duarte, Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual, encontrado em <http://www.google.pt/search?hl=pt>.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual, Lisboa: CIG, 2008.

VARELA, Águeda, dissertação mestrado 2012, encontrado em
<http://run.unl.pt/bitstream/10362/9240/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%202012%20-%20%C3%81gueda%20Varela%20n%C2%BA%2031862.pdf>

www.undoc.org/undc/en/ccrime cip signatures trafficking.html.

www.arsalgarve.min-saude.pt.

www.dggj.mj.pt/...anexos/2001-220-jai-decisões.

[Www.rtp.pt.noticias/pais/centro-de-acolhimento-a...](http://Www.rtp.pt/noticias/pais/centro-de-acolhimento-a...)

www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=139438
edigida+pela+Assembleia+nacional+constitu%C3%ADda+em+26+de+Agosto+de+1789